

Sumário

Número de notícias: 35 | Número de veículos: 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo vê perdas de municípios e estados, e reforma do IR é adiada..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf mantém IRPJ e CSLL menor para clínica médica.....7

A TRIBUNA - ES - CIDADES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Polícia investiga 40 golpes do amor online.....9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Uma política fiscal irresponsável (Artigo)..... 12

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Mudança no precatório vai causar perda a aposentados..... 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO
SERVIDOR PÚBLICO

Direitos sob a lei do islã.....15

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS
SERVIDOR PÚBLICO

EUA avaliam aplicar 3ª dose de vacinas a partir de setembro..... 18

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Prioridades de Bolsonaro estacionam no Congresso.....20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Acordo para aprovar novo IR na Câmara prevê até reajuste menor para professor..... 22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Senado tende a derrubar ou mudar proposta.....23

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

O custo do embate..... 24

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Recoo estratégico..... 26

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Adiamento indica dificuldade para aprovação da PEC dos Precatórios.....28

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dividendo social, novidade há mais de duas décadas (Artigo)..... 29

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bolsonaro mantém ofensiva, e Pacheco indica que não vai pautar impeachment: entenda as consequências para o governo no Senado

.....	31
FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Precisa e Envixia esperavam lucrar US\$ 23 mi com Covaxin.....	33
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Reforma do IR prejudica Norte e Nordeste, diz entidade de fiscais.....	35
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Retomada perde força, e atividade encolhe 0,3% no 2º tri, diz FGV.....	38
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Para 'ala fiscalista', reforma 'já não se paga'.....	41
O GLOBO - RJ - MUNDO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Execuções, burca e ópio: o 1º governo talibã.....	43
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
PEC dos precatórios terá resistência de Estados.....	45
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA ECONOMIA	
Bolsonaro derrete e apela para o golpismo - NAS ENTRELINHAS.....	47
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA ECONOMIA	
Bolsonaro: fundo em menos de R\$ 3 bi.....	48
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Cotistas do FGTS vão receber R\$ 8,1 bilhões.....	49
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO ECONOMIA	
Efeitos da crise institucional (Editorial).....	52
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Expectativas de inflação reacendem debate sobre 'dominância fiscal'.....	53
FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS ECONOMIA	
Ditadura e oposição negociam acordo para tentar tirar Venezuela da crise.....	55
O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO ECONOMIA	
Um presidente aloprado e sua gangue fora da lei (Artigo).....	57
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Apreensão com IR e crise global derruba a Bolsa.....	59
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA	
Rodízio de ameaças - BERNARDO MELLO FRANCO.....	60
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	

Ouvidos moucos ao estrondo da inflação - ZEINA LATIF	62
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Sem votos, governo adia reforma do IR	64
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Tesouro amplia oferta de LFTs com Selic em trajetória de alta	66
O GLOBO - RJ - CAPA POLÍTICA	
Coligação passa na Câmara, mas terá resistência no Senado	68
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA POLÍTICA	
Incentivo a candidaturas de mulheres e negros é recebido com cautela	69

Governo vê perdas de municípios e estados, e reforma do IR é adiada



Fábio Pupo e Danielle Brant *brasil*

O líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), reconheceu que o projeto de lei que altera o Imposto de Renda pode retirar recursos de municípios com mudanças discutidas de última hora.

Por isso, ele concordou com os pedidos de partidos para adiar pela terceira vez a votação em plenário e discutir melhor o assunto.

A deliberação do projeto que reestrutura a cobrança de Imposto de Renda e estabelece a taxa de dividendos ficou para a próxima semana. O requerimento de retirada de pauta foi aprovado por 390 a 99.

Barros afirmou que há um pedido de parlamentares para reduzir a tributação de dividendos (estabelecida em 20% no projeto) para 10% no primeiro ano e somente depois subir para 20%.

"[Mas] aí temos perdas para os municípios, a gente atende um lado e desatende o outro", afirmou Barros. "Os destaques poderão desvirtuar o equilíbrio que foi garantido pelo presidente Arthur Lira quando disse que, se tiver perdas para os municípios, a matéria não vai a voto", complementou líder do governo.

" [Sugiro] deixarmos tudo para a próxima semana, para que a gente possa dar uma solução", afirmou Barros.

Na sessão, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), reiterou que a discussão não é fácil. "Na realidade, esse assunto nunca vai ter consenso. A única coisa que ele tem que ter é retidão de discussão. Mas o plenário da Casa é soberano", disse

"Nós conseguimos taxar dividendos, que é coisa que o Brasil não conseguiu, muitos partidos não conseguiram, muitos governos não conseguiram

colocar isso no texto."

"Se a Casa acha que, por enquanto, precisa avançar, a proposta desta presidência era que hoje nós votássemos sem cores partidárias, sem lutas anteriores, sem versões políticas o texto principal e mantivéssemos os destaques até chegarmos a um acordo com relação aos destaques", ressaltou.

Mais cedo, Lira admitiu que o projeto podia não ser votado nesta terça por falta de acordo entre líderes partidários.

"Um tema desse nunca vai dar certo. Longe de se dar acordo em um país que quer quebrar o paradigma de taxar dividendos. Então, R\$ 330 bilhões que nunca pagaram um centavo de imposto não vão querer pagar do dia pra noite sem reagir", disse, ao chegar à Câmara.

"É normal que haja esse empurra-empurra de texto, muitas concessões, muitas contas, muitos cálculos, mas nós estamos aqui cumprindo nosso dever que é tentar fazer com que o debate seja o mais amplo possível e que a imprensa cubra quem realmente está ajudando e atrapalhando que uma reforma que vai fazer justiça social, diminuir o IR de pessoas jurídicas, aumentar o pagamento de **impostos** de quem ganha mais no Brasil e que nunca pagou possa acontecer."

"Se não for da vontade no plenário, a gente tem que absolutamente respeitar. Vamos tentar novamente hoje. Se não for possível, outro dia e vamos seguindo nosso périplo", complementou.

O adiamento ocorreu mesmo depois de o projeto ter recebido o apoio da CNM (Confederação Nacional dos Municípios) após acordo feito em reuniões com Lira e a equipe econômica, que incluiu a colocada em votação de projetos de interesse dos prefeitos -como mais repasses da União e um reajuste menor para professores.

Os municípios queriam uma redução mais branda que a de 8,5 pontos percentuais no IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica) prevista pelo texto do relator, mas ofereceu uma alternativa. "A gente estava brigando para que ficasse em 7,5%. Então propus uma negociação mais aprofundada", afirma Paulo Ziulkoski, presidente da CNM.

As três demandas da CNM incluíam um valor maior da União para o FPM, com impacto crescente a partir de 2022. O repasse seria de R\$ 800 milhões em 2022 e cresceria para R\$ 4,5 bilhões até 2027, a partir de quando se tornaria permanente.

As outras duas eram propostas para evitar que decisões do Congresso impactem os cofres municipais sem uma compensação orçamentária e um projeto para definir a correção do salário dos professores apenas pela **inflação**.

Hoje, é usada para os professores uma fórmula baseada no crescimento do valor anual mínimo por aluno a ser destinado ao ensino. Historicamente, essa regra concede um aumento maior do que a **inflação** aos professores.

Segundo cálculos da própria CNM, a categoria recebeu aumento de 2009 a 2020 de 203,61%. No mesmo período, o salário mínimo subiu 121,7%, e a **inflação**, pelo IN PC, 61,4%.

O piso salarial do magistério em 2020 ficou em R\$ 2.886,24, um valor 12,84% maior que no ano anterior, e não houve reajuste em 2021.

No entanto, a proposta sobre os professores foi colocada em votação e não foi aprovada nesta terça após um esforço da oposição.

Procurado, Ziulkoski afirmou que o acordo foi para colocar as propostas em deliberação, mas que isso não englobava a garantia de efetiva aprovação dos textos. Segundo ele, a CNM continuaria favorável ao texto.

Enquanto isso, estados continuam contrários ao projeto. O Comsefaz (comitê de secretários estaduais de Fazenda) divulgou outro posicionamento contrário ao texto nesta terça, dizendo que ele subtrai recursos dos cofres públicos.

"[O texto] prevê uma inadmissível redução de receitas dos estados, arremessando os entes subnacionais à insolvência fiscal, agravando os efeitos da crise econômica, sanitária e social contra as quais hoje se reúne esforços para reagir", afirma nota assinada por André Horta, diretor institucional do Comsefaz.

Entregue pelo governo no fim de junho, a reforma do IR foi recebida com uma onda de críticas. A versão original apresentada pela equipe do ministro Paulo Guedes (Economia), que trazia a taxa de dividendos e redução tímida no imposto das empresas, passou por diversas alterações.

O relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), manteve a taxa de dividendos, que é criticada por empresários, mas ampliou o corte do imposto sobre as companhias. O movimento, no entanto, desagradou a estados e municípios, que reclamam de perda de receita (leia texto ao lado).

Como o IR é arrecadado pela **Receita Federal** e compartilhado entre União, estados e municípios, um corte nessa tributação gera perdas para os governos regionais.

Sabino defende que seu texto promove redução efetiva de imposto. Segundo ele, cerca de 875 mil empresas terão redução de aproximadamente 29% na cobrança de IR e contribuição sobre o lucro.

O deputado diz ainda que o projeto fará a maior atualização da tabela do IR da pessoa física desde o Plano Real, com o número de pessoas isentas passando de 10 milhões para 16 milhões.

Na sexta-feira (13), Guedes tratou as críticas dos entes federativos e dos empresários à reforma como um sinal positivo que indica "um ponto de equilíbrio interessante" no projeto.

O ministro afirmou que governadores e prefeitos reclamam que perderão receitas por causa de um recuo na tributação estabelecido na reforma. Ao mesmo tempo, ele disse que do -nos do capital se posicionam contra a proposta sob o argumento de que pagarão mais **impostos**.

"Se proprietários de empresas estão dizendo que estão aumentando os **impostos** e estados e municípios estão contra a reforma porque os **impostos** estão caindo, eu acho que nós chegamos a um ponto de equilíbrio interessante. Não deve estar caindo nem subindo, porque se os dois estão reclamando, possivelmente estamos em um ponto de equilíbrio interessante", afirmou em entrevista à Jovem Pan.

O que muda com a reforma do IR

PARA PESSOAS FÍSICAS

Isenção para a baixa renda Como é Isento quem ganha até R\$ 1.903,98 por mês Proposta do

governo Teto sobe para R\$ 2.500,00 por mês Substitutivo do relator Segue o projeto do governo

Tabela do IR Como é Desatualizada desde 2015 Proposta do

governo Correção de 31% na faixa de isenção e de,

em média, 13% nas demais Substitutivo do relator
Segue o projeto do governo

Desconto simplificado Como é Na declaração anual de
ajuste do Imposto de Renda, os contribuintes podem
hoje pedir o desconto simplificado de 20% Proposta do

governo Somente quem ganha até R\$ 40 mil por ano
(pouco mais de R\$ 3.000 por mês) teria direito ao
desconto Substitutivo do relator Segue o projeto do
governo

Dividendos Como é São isentos Proposta do governo
Tributados em 20% na fonte, com isenção para até R\$
20 mil por mês desde que a pessoa física receba de
micro ou pequena empresa

Substitutivo do relator Isenta totalmente dividendos de
empresas do Simples e R\$ 20 mil mensais pagos por
pequenas empresas. Além disso, expande a isenção
em outros casos -como para empresas que distribuem
dividendos dentro do grupo econômico e para
coligadas (pelo texto, quando uma empresa detém
20% da outra), além de flexibilizações para fundos de
investimento

PARA PESSOAS JURÍDICAS

Redução de alíquota Como é Alíquota do IRPJ é hoje
de 15%. Além disso, há cobrança de 10% sobre o
lucro que exceder R\$ 20 mil Proposta do

governo Corte da alíquota-base de 15% em 5 pontos
percentuais, para 12,5% em 2022 e 10% em 2023
Substitutivo do relator Corte da alíquota-base de 15%
em 8,5 pontos percentuais, para 6,5% em 2022. Corte
da CSLL em 1,5 ponto percentual (na maioria dos
casos, cai para 7,5%)

PARA INVESTIMENTOS

JCP (Juros sobre Capital Próprio)

Como é Além dos dividendos, as empresas podem
distribuir lucros aos acionistas por meio do JCP Ele
pode ser computado pelas empresas como despesa
(ou seja, ajuda a abater **impostos**)

Proposta do governo Fim da dedutibilidade do JCP da
base de cálculo do IRPJ e da CSLL Substitutivo do
relator Acaba não só com a dedutibilidade, como
também com o JCP em si

Fundos imobiliários Como é Hoje há isenção sobre os
rendimentos distribuídos a pessoa física no caso de
fundos imobiliários com cotas negociadas em Bolsa a
partir de 2022 Proposta do governo

Fim da isenção e cobrança de 15% Substitutivo do
relator Mantém a isenção existente hoje

Come-cotas em fundos abertos e fechados Como é Os
fundos abertos pagam imposto (o chamado come-
cotas) duas vezes por ano, em maio e novembro.

Já os fechados não têm essa obrigação e só pagam
na hora do resgate dos recursos Proposta do governo
Os abertos deixam de recolher em maio e passam a
recolher apenas em novembro. Já os fechados
passam a ter a obrigação de recolher em novembro,
assim como os abertos Substitutivo do relator Segue o
projeto do governo

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49641>

Carf mantém IRPJ e CSLL menor para clínica médica

Gilmara Santos De São Paulo

Uma clínica médica especializada em reprodução humana, sem registro na Junta Comercial, conseguiu no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** o direito de recolher o Imposto de Renda da Pessoa jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) usando, respectivamente, alíquotas de 8% e 12%, em vez de 32% para calcular cada tributo. Com a decisão, a empresa afastou cobrança de aproximadamente R\$ 2 milhões, referente à diferença de percentuais.

O caso foi analisado recentemente pela 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 1ª Seção (processos nº 10840.720687/2014-79 e nº 10840.720798/2014-85). O entendimento, porém, vai contra decisões judiciais sobre o tema.

O advogado que representa a clínica no processo, João Henrique Gonçalves Domingos, do escritório Brasil Salomão e Matthes Advocacia, explica que desde a vigência da Lei nº 9.249/1995, com a redação dada pela Lei nº 11.727/2008, as sociedades de serviços hospitalares fazem parte da lista de atividades que podem usar os percentuais reduzidos para recolher o IRPJ e a CSLL por meio do regime do lucro presumido.

Mas a **Receita Federal** entende que, para ter direito a esse benefício, as clínicas médicas devem ser constituídas como sociedades empresárias, registradas na Junta Comercial, além de seguir as regras da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Como a clínica de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, não possui o registro, a fiscalização considerou que não seria uma organização empresarial e, em 2014, a autuou.

"Muito embora não exista o registro na Junta Comercial, a organização é, de fato, uma sociedade empresária", argumenta Domingos. Ele acrescenta que a sociedade foi criada em 1988 e possui sócios de diferentes áreas empresariais, assim como funcionários, equipamentos e instalações que configurariam uma sociedade empresarial de direito.

"A Receita tem entendimento expresso em solução de consulta [Solução de Consulta Cosit nº 195/2019] que tem que ser registrada na Junta Comercial. Só que a

legislação diz que, para ter direito, a empresa precisa estar organizada sob a forma de sociedade empresária", diz Domingos.

No julgamento, o relator, conselheiro Cláudio Camerano, ficou vencido. Ele destacou várias soluções de consulta da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) que dispõem que as prestadoras de serviços hospitalares devem estar organizadas de fato e de direito como sociedade empresária (nº 195/2019, nº 36/2016, nº 245/1014 e nº 456/2017). "Voto por negar provimento ao recurso voluntário por força da falta de registro da sociedade empresária", disse ele, que foi acompanhado pelo conselheiro Itamar Artur Magalhães.

Os demais conselheiros, no entanto, entenderam que basta uma organização de fato para a obtenção do benefício tributário. Assim, a decisão cancelou a cobrança referente aos anos de 2010, 2011 e 2012. Para a clínica, representa uma economia superior a 70% no período, segundo Domingos.

No Judiciário, contudo, há entendimentos diferentes. "O Tribunal Regional Federal da 3ª Região [SP e MS] tem algumas decisões no sentido de considerar que, para ter direito à base de cálculo de serviços [8% e 12%], o contribuinte precisa ter o registro de sociedade empresária na Junta Comercial", diz o advogado Fábio Nieves, do escritório Viseu Advogados.

Ele lembra ainda que o Superior Tribunal de Justiça (REsp 1.116.399) já pacificou que, no caso de fatos posteriores à Lei nº 11.727/2008, é necessário que a prestadora de serviços seja sociedade empresária com comprovação por meio de registro na Junta Comercial.

Para o advogado Hendrick Pinheiro, do escritório Manesco Advogados, a decisão do **Carf** é um precedente importante, mas ele destaca outra decisão, da Corte Superior (REsp 31.084). "Nesse julgamento, o STJ consigna que sempre que se prove que a atuação direta dos sócios se sobrepõe aos fatores de produção, circulação e organização do capital, estará ausente o elemento de empresa, não importando a forma como a sociedade está constituída", diz.

Por meio de nota, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional informou que aguardará a publicação dos

acórdãos para tratar do caso.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#edition/186982

Polícia investiga 40 golpes do amor online

Rafael Gomes

A Polícia Civil do Espírito Santo investiga quadrilhas e criminosos suspeitos de enganar mulheres e homens aplicando o chamado golpe do amor. São, pelo menos, 40 casos denunciados na Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes Cibernéticos.

De acordo com o delegado Brenno Andrade, os criminosos nem sempre agem da mesma forma ou com a mesma história, mas a tática costuma seguir um padrão.

Eles levantam informações pessoais das vítimas, entram em contato - algumas vezes, por sites de relacionamento - e iniciam conversas. Depois de estabelecer a relação virtual, o criminoso ganha intimidade e passa a fazer promessas.

"Eles usam de uma mentira para subtrair o dinheiro da vítima. Verificamos que alguns são de outros países e estados. Muitos já foram alvo de investigação do mesmo crime", ressaltou o delegado.

Uma tática comum deles é dizer que está enviando presente, mas que precisa de um depósito para a liberação na alfândega.

Em um dos casos, uma empresária, de 40 anos, perdeu R\$ 42 mil após ser enganada. O criminoso se passou por um médico que mora no Canadá. Após várias semanas de conversa, eles começaram a ter uma relação virtual. Dizendo que precisava pagar uma multa no valor de 10 mil dólares para voltar ao País, ele conseguiu convencer a vítima de fazer o depósito.

Em outro caso, criminosos se passaram por uma capitã de navio de cruzeiro que estava embarcada. A suposta mulher entrou em contato e conseguiu ganhar a confiança da vítima, também após conversas por WhatsApp.

Dizendo ganhar bem, o golpista, se passando pela marinheira, começou a oferecer presentes. Mas, para isso, precisava que a vítima pagasse cerca de R\$ 4 mil para despesas na alfândega.

Os crimes são investigados como estelionato. O delegado Brenno Andrade explica que uma mudança na lei, em maio deste ano, fez com que a fraude, sendo praticada de forma eletrônica, passasse a ter pena de entre quatro e oito anos de prisão. Antes, a pena era de até cinco anos.

"Com essa mudança na lei, esperamos que os criminosos fiquem mais tempo presos. Lembramos que são crimes em que as pessoas poderão ser identificadas, pois deixam muitos rastros", ressaltou.

Receita Federal faz alerta

Diante dos casos envolvendo o golpe do amor na internet, a **Receita Federal** emitiu um alerta para evitar novas vítimas. O alerta foi feito porque os criminosos costumam usar a alfândega como tática para conseguir o dinheiro das vítimas.

Nesse golpe, são feitos pedidos de valores para que as vítimas tenham acesso a bens e dinheiro supostamente retidos em aeroportos.

"A **Receita Federal** já recebeu relatos de casos em que golpistas fizeram propostas de casamento e anunciaram que mandariam caixas contendo presentes diversos, inclusive, anel para o noivado ou dinheiro estrangeiro em espécie", afirmou o alerta do órgão federal.

Por vezes, o golpista diz que deseja morar ou retomar ao País, e a suposta encomenda conteria parte da sua mudança ou algo de valor enviado como presente.

Alegando que a encomenda estaria retida na alfândega, pede para a vítima fazer depósitos ou transferências em conta corrente para promover a sua liberação.

Para dar credibilidade, chegam a criar sites falsos de empresas de remessas, inclusive com falso rastreamento da suposta encomenda, e encaminham mensagens com informações de contatos falsos de fiscais da Receita.

A **Receita Federal** lembra que pagamento de **tributos** nunca ocorre através de depósito ou transferência. Além disso, caso exista uma encomenda postal, os Correios são responsáveis pelos procedimentos de liberação.

"Caso a encomenda venha por Remessa Expressa, deve ser por meio de uma das empresas habilitadas pela **Receita Federal** (a lista está disponível no site da **Receita Federal**). Caso ocorra a tentativa de fraude indicada neste alerta, procure a Polícia Civil", destacou.

Além da investigação criminal, a advogada civil Kelly Andrade lembra que é possível buscar a Justiça. "Nesse caso, é preciso ajuizar ação cobrando os prejuízos patrimoniais e extrapatrimoniais".

SAIBA MAIS

Presentes e até promessa de casamento

Como funciona o golpe

- > **OS CRIMINOSOS** levantam informações pessoais das vítimas e entram em contato, algumas vezes, através de sites de relacionamento.
- > **APÓS INICIAR** as conversas e estabelecer uma relação virtual, o criminoso ganha intimidade e passa a fazer promessas variadas, como de presentes, visitas e até casamento.
- > **EM UMA DAS VERSÕES**, o golpista se passa por um estrangeiro ou brasileiro que mora em outro país.
- > **UMA TÁTICA** comum é dizer que está enviando presente, mas precisa de um depósito para a liberação na alfândega.
- > **ALGUNS** criam sites falsos de empresas de remessas expressas, com falso rastreamento da suposta encomenda, além de usarem um outro cri-

minoso, que se passa por funcionário da Receita Federal, alegando a necessidade de pagar a taxa.

Os crimes

- > **OS CRIMES** são investigados como estelionato. Por ser fraude eletrônica, a pena pode variar entre quatro e oito anos de prisão.
- > **DURANTE A INVESTIGAÇÃO**, outros crimes também podem ser identificados na prática do mesmo golpe, como extorsão, invasão de dispositivo informático e associação criminosa.

Orientações

- > **EVITAR** dar início a relações com desconhecidos pela internet.
- > **FAZER** uma investigação pela internet para saber se a pessoa realmente

existe.

- > **NÃO FAZER** transferências e depósitos para liberar mercadorias na alfândega. O pagamento de tributos nunca é feito dessa forma. Além disso, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos é a responsável pelos procedimentos de liberação de mercadoria.
- > **CASO A ENCOMENDA** venha por Remessa Expressa (Courier), é possível consultar a lista de empresas no site da Receita Federal.
- > **CASO OCORRA** a tentativa de fraude, procure a Delegacia de Polícia Civil Especializada para fazer a denúncia. É possível registrar o boletim de ocorrência pela internet.

Fonte: Polícia Civil, Receita Federal e especialistas consultados.

OPINIÕES

KADIDJA FERNANDES - 18/07/2020



“ A maioria busca mulheres acima dos 50 anos, que utilizam a internet para fazer novas amizades ”

Eduardo Pinheiro, especialista em Crimes Cibernéticos

ACERVO PESSOAL



“ É crime de estelionato quando alguém usa de artifício para enganar e receber vantagem ”

Rivelino Amaral, advogado criminalista

ANTONIO MOREIRA - 23/07/2021



“ A recomendação é: investigue a pessoa com quem está se relacionando, como forma de prevenção ”

Rayane Vaz Rangel, advogada

Uma política fiscal irresponsável (Artigo)

Helio Beltrão Engenheiro com especialização em finanças e MBA na Universidade Columbia, é presidente do Instituto Mises Brasil

Guedes sucumbiu ao aumento de imposto, populismo eleitoral e calote seletivo

As contas do governo federal pioram há décadas e atingiram neste 2021 fase acelerada de deterioração. Fosse um paciente internado, o governo apresentaria sinais vitais fracos, com luzes piscantes amarelas e vermelhas, um risco iminente de óbito. O organismo estatal está perigosamente próximo à falência múltipla de seus órgãos. O governo federal, entretanto, se distingue do paciente em um aspecto fundamental: é imortal.

Adormecidos, podemos sonhar nossa própria "morte". O surrealismo dos sonhos permite que continuemos vivos na narrativa. Similarmente, o Estado continua operando mesmo após morrer financeiramente. Com bens impenhoráveis, pode acobertar negligência aumentando **impostos** e dando o "beijo". O Estado é como a banca do Banco Imobiliário: dinheiro de mentirinha criado do nada, **impostos** sem contraprestação de serviço, impossibilidade de falência.

Dado o privilégio das excepcionalidades, o governo preferiu criar imposto e descumprir obrigações a diminuir gastos públicos. Surpreende que Paulo Guedes tenha sucumbido a essa agenda.

Para seguir sua lógica caloteira, o governo precisa primeiro superar os incômodos obstáculos legais. Este governo desacreditou uma das históricas âncoras que asseguravam aos credores que se manteria solvente: a regra de ouro, que impede que o governo contraia dívida adicional para efetuar gastos correntes.

O governo Bolsonaro todo ano solicita ao Congresso autorização para descumprir a regra. Foram R\$ 250 bilhões em 2019, R\$ 340 bilhões em 2020, e há solicitação de cerca de R\$ 150 bilhões neste ano. A dívida aumenta, aumentam as despesas de juros, e envia-se a conta do resgate do papelucho para as gerações futuras. Uma vez que o descumprimento se tornou regra, o governo propôs um dispositivo para dispensá-lo de buscar autorização do Congresso: quer que o buraco seja aprovado automaticamente no Orçamento. Virou "regra de latão", desvalorizada como uma carcomida moeda do Império Romano.

O teto de gastos constitucional é o obstáculo derradeiro a garantir a tênue confiança dos credores, que exigem juros compatíveis com o risco -- historicamente, o governo brasileiro se provou o mais caloteiro dos devedores.

Mas a paciência dos credores parece estar se esgotando com o parcelamento forçado dos precatórios (default seletivo) e a indicação de gastos maiores em 2022 (populismo eleitoral), percebidos como flexibilizações do teto e falta de compromisso com reformas. Conseqüentemente, a taxa livre de riscos, relacionada com o custo de captação do governo federal, acaba de superar 10% ao ano para vencimentos a partir de 2027, bem acima da Selic atual de 5,25%.

O parcelamento dos precatórios -o calote do calote- é uma fábrica de esqueletos. Há precedente. Em 2015, o STF considerou inconstitucional a EC 62/2009, que instituía o parcelamento forçado de precatórios. O Ministério da Economia está supostamente negociando com o STF para que respaldem agora um parcelamento que consideraram inconstitucional há poucos anos.

O Congresso e o Ministério da Economia se esquivam de atacar a causa fundamental do problema fiscal do governo central: o tamanho dos gastos, em especial a folha dos funcionários públicos e as despesas de previdência dos funcionários públicos e do **INSS**, que tomam quase toda a receita líquida.

Neste ano, o governo poderia ter se dedicado a: (i) aprovar a reforma administrativa, (ii) implementar em lei gatilhos eficazes que permitissem congelar e reduzir gastos desde já, (iii) unificar o regime de previdência dos funcionários públicos ao Regime Geral (**INSS**). Irresponsavelmente, optou pelo aumento de imposto, populismo eleitoral e calote seletivo.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

41

Mudança no precatório vai causar perda a aposentados

Fernando Bianchi, Ludmila Azevedo

O governo quer aprovar no Congresso Nacional o pagamento parcelado de precatórios a partir de 2022, além de mudar o índice de correção dos valores devidos, trazendo possíveis prejuízos para aqueles que venceram ações judiciais contra órgãos como o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Para 2022, o governo prevê pagar R\$ 89,1 bilhões em precatórios. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 23/21, do Poder Executivo prevê que precatórios com valor acima de 60 mil salários mínimos (ou R\$ 66 milhões) poderão ser quitados com entrada de 15% e nove parcelas anuais.

Apesar destes precatórios representarem uma pequena parcela dos processos, o projeto também prevê o parcelamento daqueles que superem 60 salários mínimos (R\$ 66 mil), dependendo do Orçamento federal. Já os precatórios de até 60 salários continuarão sendo pagos à vista.

A PEC também prevê que todos os precatórios passarão a ser corrigidos pela taxa de juros Selic, hoje em 5,25% ao ano. Atualmente, o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) também é utilizado, acrescido de mais 6%.

"A alteração do índice de correção trará prejuízo, já que o IPCA acompanha a **inflação** oficial. Já a Selic é uma taxa básica de juros com rendimentos menores", afirmou a advogada previdenciária Edilamara Rangel.

Para os precatórios que superam 60 salários mínimos, além da mudança de índice de correção, o governo quer realizar "o pagamento à vista, como é feito hoje, somente quando a soma total dos precatórios não superar 2,6% da Receita

Corrente Líquida da União.

Segundo a advogada previdenciária Geane Miller, este ponto do projeto coloca em dúvida o pagamento das dívidas com segurados.

"A segunda regra é a mais preocupante, pois depender da receita corrente líquida da União para decidir sobre o parcelamento dos precatórios traz insegurança para os beneficiários", disse.

O presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas no Estado (Sindnapi-ES), Jânio Araújo, afirmou que o projeto é inconstitucional. "Já existe a determinação judicial para o pagamento. A decisão não fala em parcelamento. Quem garante que os pagamentos serão cumpridos?", questionou.

SAIBA MAIS

Orçamento de 90 bilhões em 2022

O que são

- > **OS PRECATÓRIOS** são dívidas da União por sentença judicial definitiva (sem recurso).
- > **O PRECATÓRIO** é expedido pelo tribunal onde o processo tramitou, podendo haver precatórios da Justiça estadual, federal ou trabalhista, a depender do direito que está sendo discutido na ação judicial.

Como é pago

- > **OS PROCESSOS** concluídos até o mês de julho são incluídos nos precatórios que serão pagos no ano posterior, já que o valor precisa estar no Orçamento da União.
- > **NESTE ANO**, está previsto o pagamento de R\$ 54,7 bilhões em precatórios federais.
- > **JÁ PARA 2022**, o orçamento de precatórios será de R\$ 90 bilhões, motivo que levou o governo a propor os parcelamentos.

Parcelamento

- > **SEGUNDO A (PEC) 23/21**, precatórios com valor acima de 60 mil salários mínimos (ou R\$ 66 milhões) poderão ser quitados com entrada de 15% e nove parcelas anuais.
- > **PRECATÓRIOS** de até 60 salários mínimos, hoje R\$ 66 mil – sempre serão quitados à vista.
- > **OUTROS PRECATÓRIOS** poderão ser parcelados se a soma total vier a superar 2,6% da Receita Corrente Líquida (RCL) da União. Nesse caso, o parcelamento começará pelos de maior valor.

Índice

- > **ATUALMENTE**, a correção monetária dos precatórios pode ocorrer pela Selic ou pela inflação (IPCA) mais 6% ao ano. O governo quer adotar somente a Selic como índice.

Fonte: Senado e Câmara Federal.

Direitos sob a lei do islã





» **RODRIGO CRAVEIRO**

Antes de 2001, eles apedrejavam mulheres consideradas adúlteras, exigiam o uso da burca (véu que cobre o corpo dos pés à cabeça), proibiam as afegãs de estudar ou trabalhar e eram implacáveis com os inimigos. Em sua primeira aparição desde o retorno ao poder no Afeganistão, o movimento fundamentalista islâmico Talibã tentou apresentar uma posição moderada. "Nossas irmãs e mães - como é dito na sharia (lei islâmica), que é o nosso valor -, as mulheres, são parte importante da sociedade. Não haverá violência contra as mulheres, nenhuma discriminação contra mulheres dentro da estrutura da lei islâmica. (...) Nos comprometemos a deixar as mulheres trabalharem de acordo com o respeito aos princípios do Islã", assegurou Zabihullah Mujahid, porta-voz do Talibã, sem esclarecer quais seriam esses princípios. Ele também decretou uma anistia geral para todos os funcionários públicos do país. "A guerra acabou, (o líder do Talibã) perdoou todo mundo", disse.

Pouco antes da entrevista coletiva transmitida para todo o Afeganistão, o mulá Abdul Ghani Baradar, cofundador e número dois do Talibã, desembarcou em Kandahar, procedente do Catar, onde comandava o

comitê político do grupo. A TV Al-Jazeera divulgou que outras lideranças da facção estão a caminho do Afeganistão para assumir cargos no governo. A Casa Branca reconheceu, pela primeira vez, que dialoga com os talibãs. "Nós estamos engajados diplomaticamente, ao mesmo tempo, com aliados em países da região e com as Nações Unidas para tratar da situação no Afeganistão. Estamos em contato com o Talibã para garantir a passagem segura de pessoas para o aeroporto", afirmou Jake Sullivan, conselheiro de Segurança Nacional do presidente Joe Biden. Ele reconheceu que o grupo tomou "boa parte" do armamento norte-americano que estava em mãos das tropas afegãs, incluindo armas de fogo, veículos e helicópteros UH-60 Black Hawk. "Não acreditamos que nos devolvam facilmente." Com o Afeganistão perdido para os talibãs, a comunidade internacional busca uma solução política. Em conversa por telefone, Biden e o premiê britânico, Boris Johnson, acordaram a realização, na próxima semana, de uma cúpula virtual de líderes do G7 - o grupo dos sete países mais industrializados do mundo (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido) e União Europeia - para discutir uma estratégia comum para o Afeganistão.

Professora de relações internacionais da ESPM-SP, Denilde Holzacker afirmou ao Correio que, apesar de investida de relações-públicas do Talibã, os relatos recebidos pelas organizações internacionais e a ativistas em defesa das mulheres põem em dúvida essa tentativa do grupo de incorporar um discurso moderado. "Ao colocar que seguirá a sharia de forma muito estrita, o Talibã indica que as mulheres serão um dos alvos, não exatamente como ocorreu entre 1996 e 2001, mas com limitações e restrições de participação na sociedade", comentou. "A preocupação é se elas poderão trabalhar em todas as áreas, se terão permissão para estarem nas escolas. Por outro lado, o Talibã teve alterações em sua estrutura. Pode ser que o discurso moderado prevaleça nas capitais provinciais, mas não nas cidades menores."

Paz

Em Cabul, o clima é de apreensão e desconfiança. Há 10 dias, a ex-ministra e ex-parlamentar afegã Elay Ershad retornou à capital, depois de uma viagem de turismo de um mês pela França e pela Alemanha. Uma semana depois, foi surpreendida com a volta do Talibã ao poder. "Não me arrependo. Amo meu país e meu povo", comentou. "Para mim e para a maioria dos afegãos, a paz é prioridade. Se tivermos paz, a educação e os direitos das mulheres virão em segundo lugar", disse ao Correio. Ela admitiu que começou a confiar no Talibã após ver mulheres caminhando pelas ruas. "Hoje (ontem), algumas

jovens até protestaram nas ruas, exigindo direito ao trabalho e à educação. Alguns talibãs estavam lá. Essas coisas dão esperança. É um bom começo", desabafou.

O jornalista Abdurazaq Habibi, gerente de conteúdo online do Grupo de Mídia Eslah, assistiu pessoalmente à entrevista de Zabihullah Mujahid e contou à reportagem que viu três mulheres dentro da sala, no Centro de Informação e Mídia do Governo do Afeganistão. Ele admitiu que o Talibã parece tentar passar uma imagem de moderação. "Os talibãs procuram estar comprometidos com os direitos humanos. O grupo tem medo de isolamento do mundo. O Afeganistão precisa da comunidade internacional. Sem esse compromisso com os direitos humanos, o país ficará isolado, e o Talibã quer evitar isso", explicou Abdurazaq ao Correio. Ao ser questionado se acredita no discurso talibã, ele respondeu: "Isso caberá ao futuro; os afegãos não creem em ninguém, a menos até que provem seus discursos de forma prática".

» Vozes afegãs

"Não posso confiar nem nos senhores da guerra nem no Talibã. Eles falam com as armas. Os talibãs baniram as lições de artes e de cultura das escolas do país. Não creio em nada do que dizem. Eles enfatizam a sharia (lei islâmica), a qual tem restrições às mulheres." Negeen Kargar, 40 anos, química afegã, moradora de Londres desde 2006

"O Talibã afirmou ter mudado. Temos visto mudanças. Vimos mulheres nas ruas. O povo espera as decisões sobre a liberdade de imprensa, sobre as mulheres e sobre direitos de grupos étnicos. Também que partidos políticos sejam incluídos no novo governo." Abdurazaq Habibi, jornalista, morador de Cabul

» Depoimento

Um brasileiro no front contra o Talibã

» Alexandre Danieli

"Eu me alistei como fuzileiro naval dos EUA em 2008. Fui para a guerra no Afeganistão e lá fiquei por oito meses, entre 2010 e 2011. Não me sinto traído pela volta do Talibã, mas triste. Agora, todos os não muçulmanos podem se sentir ameaçados. O retorno do grupo ao poder é um perigo mundial. Todo o talibã crê que aqui é o inferno e que somente irá ao céu, para ganhar as sete virgens, se matar um não-muçulmano. Lá, encontrei uma célula terrorista que desejava atacar uma procissão de Nossa Senhora Aparecida, no Brasil. O Afeganistão vai se tornar centro do terrorismo. O Talibã voltou ao poder por

causa da corrupção. Eu estive lá em ano de eleições. Infelizmente, havia compra de votos, influência familiar... Parecido com o Brasil. Os corruptos venderam o país ao Talibã. Fui ferido algumas vezes em combate. Em uma delas, eu era o atirador. Estava sobre um MRAP (veículo tático leve) quando houve uma explosão. Quebrei costela, joelho e calcanhar. Fiquei em coma por 12 dias, em 2011."

Ex-fuzileiro naval, 38 anos, catarinense naturalizado norte-americano, mora há 19 anos nos Estados Unidos

Fuga do inferno

A foto mostra mais de 600 afegãos - mulheres, homens, crianças e idosos - amontoados dentro de um enorme avião militar dos Estados Unidos, durante a dramática evacuação de pessoas horas depois de Cabul cair nas mãos do Talibã, no domingo. A imagem, que viralizou, foi tomada no interior de um avião C-17 de transporte da Força Aérea dos Estados Unidos. Foi feita e divulgada pelo site de informação militar Defense One. Os afegãos, espremidos no domingo à noite no "ventre" do gigantesco cargueiro, fazem parte daqueles que estavam autorizados a serem retirados do país pelas autoridades americanas, segundo este site. No total, havia 640 afegãos a bordo, segundo fontes militares dos Estados Unidos. No entanto, o avião não estava previsto para voar com tantos passageiros, afirmou um militar à Defense One. Muitos deles subiram desesperadamente no avião pela rampa traseira do C-17. Em sua configuração habitual, um C-17 transporta 100 soldados com todo o seu equipamento militar.

EUA avaliam aplicar 3ª dose de vacinas a partir de setembro



Mulher é vacinada contra a Covid no distrito americano de Schwenksville, no estado da Pensilvânia. Hannah Beier/Reuters

Rafael Balago

Os Estados Unidos planejam recomendar uma terceira dose da vacina da Covid-19 aos americanos a partir do começo de setembro. A proposta foi confirmada pela Casa Branca nesta terça (17), e está sob análise de especialistas do governo.

A gestão de Joe Biden deverá indicar que as pessoas tomem a nova injeção oito meses após a imunização com duas doses. A medida, que pode ser anunciada ainda esta semana, será direcionada inicialmente a quem tomou as vacinas da Moderna e da Pfizer.

Uma nova aplicação para quem tomou o imunizante da Janssen, de dose única, está em estudo, mas uma decisão sobre isso pode demorar mais.

As primeiras pessoas a serem imunizadas novamente serão pessoas mais velhas que vivem em casas de repouso e funcionários da saúde. Depois, os demais idosos, de modo escalonado por faixa etária.

A medida depende de liberação do FDA, órgão que fiscaliza os medicamentos no país. Na semana passada, foi aprovada a aplicação da terceira dose das vacinas Pfizer e Moderna, mas apenas para pessoas com sistema imunológico comprometido.

Segundo o New York Times, a decisão sobre dar a terceira dose se baseia em estudos feitos em Israel, que mostraram que a proteção fornecida pelo imunizante da Pfizer às pessoas mais velhas perde força com o tempo. Uma pesquisa apontou que os maiores de 65 anos que tomaram a segunda dose em janeiro têm agora cerca de 55% de proteção contra casos graves da doença, enquanto que este índice superava 90% logo após a aplicação das duas doses.

Alguns estudos têm demonstrado que, alguns meses depois da segunda dose de qualquer vacina, a quantidade de anticorpos tende a cair. Apesar disso, pessoas imunizadas seguem com menor chance de ter casos graves de Covid. Nos EUA, 99% das mortes foram de pessoas que não se vacinaram.

O debate sobre a terceira dose nos Estados Unidos ocorre em meio a uma nova alta de casos de Covid em agosto. A média de casos diários está em 140 mil, número que não era atingido desde fevereiro. No pior momento da crise no país, em janeiro, eram mais de 250 mil casos por dia. Já o total de mortes está em patamar mais baixo. A média atual é de 704 óbitos diários, o dobro de três semanas atrás, mas ainda distante dos 3.000 no auge da crise.

As escolas e universidades estão em período de volta às aulas e o clima começa a ficar mais frio a partir de setembro, dois fatores que podem facilitar o espalhamento da Covid.

Nos EUA, há muitas vacinas disponíveis. Das 4i5,9 milhões de doses entregues, só 357 milhões foram aplicadas até agora. A imunização no país é gratuita e está disponível em farmácias, supermercados e em postos temporários, mas tem avançado mais lentamente nos últimos meses, em meio à falta de interesse dos americanos.

A vacinação no país está disponível para todos com mais de 12 anos. Até segunda (16), 59,8% da população total havia tomado ao menos uma injeção, e 50,8% estava completamente vacinada.

Para tentar avançar a aplicação de vacinas, o governo Biden e alguns estados colocaram pressões e estímulos para que funcionários públicos se imunizem. Algumas cidades, como as de Nova York e de San Francisco, passaram a exigir comprovantes de vacinação para acessar lugares de lazer, enquanto outros estados, como Flórida e Texas, criaram leis que impedem estabelecimentos de pedir comprovantes de imunização.

A Organização Mundial de Saúde é contra as doses de reforço enquanto a imunização regular segue devagar em muitos países, e pediu que as vacinas extras sejam direcionadas para países mais pobres. A maioria das nações da África não vacinou nem 5% da

população como primeira dose. O Haiti, no Caribe, só iniciou a campanha de vacinação contra o coronavírus no mês passado.

Apesar disso, Israel está distribuindo a terceira dose para maiores de 50 anos desde julho. Na semana passada, o Chile começou a aplicar uma dose extra da vacina AstraZeneca nos idosos que já receberam as duas doses da Coronavac. E o Uruguai aprovou uma dose de reforço do imunizante da Pfizer para aqueles que já receberam duas injeções da Coronavac.

O Brasil está realizando estudos para avaliar os benefícios de uma dose de reforço com as vacinas da Pfizer, Oxford/Astrazeneca e Coronavac.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Prioridades de Bolsonaro estacionam no Congresso



Vinicius Valfré / BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro construiu sua base de apoio no Congresso a um custo elevado, financeira e politicamente.

Além de abrir os cofres a parlamentares por meio de esquemas como o do orçamento secreto, aliou-se ao Centrão, ao qual emprestou apoio, em fevereiro, na disputa pelo controle do Legislativo.

As investidas, porém, não se revertem em eficiência na análise de projetos prioritários porque, segundo congressistas, faltam foco e senso de urgência do próprio governo.

O Congresso tem, desde que o deputado Arthur Lira (Progressistas- AL) e o senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) foram eleitos para as presidências da Câmara e do Senado, uma lista de 35 propostas para as quais Bolsonaro pediu preferência.

Deste total, 27 estão na gaveta ou não têm votação definitiva encaminhada nas duas Casas.

Da lista de prioridades, no balanço, só oito matérias foram promulgadas ou sancionadas, entre as quais algumas que vinham em estágio avançado de tramitação, como a autonomia do Banco Central e a que estabeleceu regras para informatização de órgãos públicos. Também viraram lei o texto que estimulava a criação de startups e o que reforçava a prevenção ao superendividamento de idosos, ambos sem alto índice de dissenso.

Enquanto as prioridades seguiam em banho-maria, Bolsonaro mobilizou sua base para tentar aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do voto impresso. A iniciativa foi rejeitada, ainda que o presidente tenha liberado R\$ 1 bilhão em emendas individuais às vésperas da votação - como revelou o

Estadão. Temas centrais destacados na lista não ganharam o mesmo empenho.

Na lista de Bolsonaro, por exemplo, estava o polêmico projeto da regularização fundiária, chamado por críticos de "PL da Grilagem". De autoria do deputado ruralista Zé Silva (PSDMG), o projeto enfrentou resistência de governistas, que ameaçaram tornar mais permissivo o texto original e aumentar a flexibilização do registro de terras ocupadas por meio da autodeclaração.

O texto final foi aprovado no início do mês na Câmara e, agora, depende do Senado.

"O substitutivo chegava a ser pior que a própria MP da Grilagem", disse Zé Silva, crítico da falta de foco da base. "Essa coisa de discutir voto auditável, voto impresso. Temos de tratar dos temas fundamentais, **reforma tributária**, estruturação do Estado. Perdemos tempo com coisas menos importantes." "Fora de hora". Até entre aliados, a escolha das prioridades é vista com ressalvas. O senador Marcos do Val (Podemos-ES) é relator na Comissão de Constituição e Justiça do projeto que regulamenta a atividade de caçador.

Aprovado na Câmara em 2019, está parado desde o ano passado no Senado. Ele afirmou que tem conversado com entidades para propor um texto equilibrado, mas espera que a matéria não seja votada agora.

"Eu torço para que não (seja votada em 2021). Temos que finalizar as prioridades enquanto estiver morrendo brasileiro com covid. Depois vem **reforma tributária**, administrativa. Estranhei quando esse projeto veio na lista, e eu disse isso. Veio fora de hora", afirmou o senador.

Outro projeto prioritário do Planalto foi apresentado em 2019 pelo deputado Jerônimo Goergen (Progressistas-RS), para a instituição de documento único para autorização de transportes de carga. Como o texto ficou à espera de parecer na Comissão de Viação e Transportes, a saída foi recorrer a um "atalho".

"Estávamos vendo que tramitar nas comissões, e tudo aquilo, ia se arrastar. E achamos que ia ser mais rápida a edição de uma medida provisória", afirmou Goergen. A MP foi aprovada pela Câmara e ainda

precisa ser apreciada pelo Senado.

A edição de medida provisória também foi o caminho encontrado pelo governo para tentar viabilizar a venda da Eletrobrás.

A intenção estava em um projeto de lei do Executivo, ainda de 2019, que "adormeceu" na Câmara. A MP foi aprovada pelos congressistas em junho.

Com a edição do texto que tem vigência imediata, o governo abrevia etapas e coloca sobre o Congresso a pressão para manter ou não a validade da medida.

A PEC da reforma administrativa também foi relacionada por Bolsonaro como prioritária.

O texto é de 2020. Foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça em maio e aguarda parecer em comissão especial.

Sem consenso, não há previsão para que a proposta seja votada no colegiado, muito menos para que seja promulgada.

Na Câmara, também existe o interesse do governo de transformar em lei o projeto que muda a Lei de Gestão de Florestas Públicas e flexibiliza o modelo de licitação e os contratos para concessão dessas áreas à iniciativa privada. A lei atual de concessões florestais é considerada muito burocrática.

O texto, do deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP), é de 2020, mas ainda está na fase inicial de tramitação, na Comissão de Meio Ambiente da Câmara.

A expectativa do autor é de que um acordo leve a matéria diretamente ao plenário. "É normal demorar, mas está andando", disse. "Não vimos nenhum ato do governo no sentido de agilizar a tramitação dessa proposta.

Por outro lado, entrou na lista (de prioridades)." Pandemia. Aliados próximos ao governo minimizam a demora.

Segundo eles, a pandemia compromete o ritmo dos trabalhos, assim como a energia dedicada pelos congressistas à CPI da Covid, no Senado, que apura erros do governo federal na gestão da crise sanitária.

"As energias e atenções se voltam para isso (CPI), e você acaba deixando de lado outras pautas", disse o senador Nelsinho Trad (PSD-MS). Ele é relator do projeto da chamada BR do Mar, que visa melhorar a qualidade do transporte de cabotagem.

O projeto aguarda uma audiência pública no Senado.

Outro indício da falta de respaldo da base que construiu está nas matérias em que o governo saiu vencido. Como mostrou o Estadão, Bolsonaro teve 70 medidas provisórias que perderam validade por falta de aprovação pelo Congresso. Os reverses se acumulam mesmo com o pagamento recorde de emendas parlamentares - foram R\$ 41,1 bilhões, ante R\$ 22,6 bilhões no primeiro governo Lula, a cifra mais alta até então.

Apesar de as prioridades patinarem, Bolsonaro vê no Centrão uma garantia para permanecer no cargo. Ele é alvo de mais de 130 denúncias de crimes de responsabilidade. Ao ceder espaço a líderes do bloco, o presidente também busca melhorar o diálogo com o Legislativo.

O ato mais recente nesse sentido foi a nomeação do presidente do Progressistas, Ciro Nogueira, para a Casa Civil.

Procurado, o Planalto não se manifestou sobre o andamento dos projetos no Congresso.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Acordo para aprovar novo IR na Câmara prevê até reajuste menor para professor

**Idiana Tomazelli Adriana Fernandes Camila Turtelli /
BRASÍLIA**

Um acordo entre governo, Congresso e Confederação Nacional de Municípios (CNM) para destravar a votação do projeto sobre o Imposto de Renda pode resultar na alteração do cálculo do piso nacional do magistério. Com a mudança, a remuneração dos professores passaria a ser corrigida apenas pela **inflação** medida pelo INPC.

Uma manobra para liquidar o assunto ainda na noite de ontem acabou sendo desarmada pela oposição, mas o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, afirmou ao Estadão/Broadcast que o acerto permanece e o texto deve voltar ao plenário da Câmara.

Hoje, o reajuste do piso do magistério considera a evolução do valor mínimo por aluno nos anos iniciais, definido nacionalmente no âmbito do Fundeb, o fundo de financiamento da educação básica. Na prática, o crescimento das receitas do Fundeb impulsiona também os aumentos salariais dos professores.

Cálculos da CNM mostram que, no acumulado de 2009 a 2020, o piso do magistério subiu 203,81%, enquanto o INPC avançou 61,38% no mesmo período.

Atualmente, o piso é de R\$ 2.886,24 para a jornada de 40 horas semanais.

A fórmula de reajuste dos professores foi só uma ponta do acordo costurado pelos prefeitos, que passa também pelo aumento no repasse de verbas por meio do Fundo de Participação dos Municípios (com aumento da fatia em pelo menos 1,37%) e por maior prazo para o pagamento de débitos.

Mas, diante da resistência de governadores e de parlamentares de oposição e até mesmo do governo, a votação do projeto de reforma do IR acabou sendo adiada pela terceira vez pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL). Um pedido de retirada de pauta foi aprovado por 399 votos; 99 votaram contra.

"Na dúvida, se há ou não perda para os municípios, nós vamos concordar com a fala do deputado Marcelo Freixo (PSOLRJ) e a oposição que pediram mais tempo para estudar o texto", disse o líder do governo

Ricardo Barros (PP-PR).

Negociação. O acerto para mudar a correção do piso dos professores envolvia a rejeição de um recurso apresentado em 2011 pela então deputada federal Fátima Bezerra (PT), hoje governadora do Rio Grande do Norte, para que o projeto de lei 3.776/2008 fosse levado ao plenário da Câmara.

A manobra enviaria um texto já aprovado pelos parlamentares direto à sanção do presidente Jair Bolsonaro.

"Isso é um desserviço à educação brasileira", criticou a deputada Jandira Feghali (PCdoB- RJ). "Esse projeto está sendo usado como moeda de troca para se aprovar o projeto do Imposto de Renda", afirmou o líder da oposição, Alessandro Molon (PSB-RJ).

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Senado tende a derrubar ou mudar proposta

Daniel Weterman / BRASÍLIA / COLABOROU EDUARDO GAYER

O Senado se divide entre rejeitar o projeto do Imposto de Renda ou incluir a mudança na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de **reforma tributária** mais ampla em tramitação na Casa. Conforme o Estadão/ Broadcast, as duas possibilidades estão no radar.

Na tentativa de diminuir as resistências dos prefeitos, o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), deu aval para um acordo que aumenta os repasses para os municípios.

Os integrantes do Senado, porém, são mais ligados aos governadores e às capitais.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), alertou para a falta de convergência dentro do Congresso. "Existem diferenças de entendimento em relação à **reforma tributária** ainda, há obstáculos naturais que podem ser superados, mas que existem, que é o fato de ser uma reforma pré-eleitoral, o que dificulta", disse Pacheco, ressaltando acreditar na possibilidade de uma convergência.

Crítico da manobra do governo, o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, Otto Alencar (PSD-AM), afirmou: "É brincadeira. É um remendo em cima de outro remendo para agradar aos municípios. O Palácio do Planalto é uma ilha isolada dos problemas do Brasil".

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O custo do embate



Afastamento. O presidente Jair Bolsonaro e o mandatário do Senado, Rodrigo Pacheco, nunca estiveram tão distantes quanto agora

DANIEL GULLINOE JULIALINDNER
opais@oglobo.com.br BRASÍLIA

Ao reafirmar que enviará os pedidos de impeachment dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso, ignorando conselhos de aliados e a sinalização de que o assunto não prosperará no Senado, o presidente Jair Bolsonaro pode agravar a má relação com a Casa que será palco de votações importantes para o governo nas próximas semanas. O Senado avaliará, por exemplo, a indicação do ex-ministro da AGU André Mendonça para o STF e receberá a **reforma tributária** atualmente em tramitação na Câmara. A falta de interlocução com senadores também reduz as chances de Bolsonaro conseguir algum tipo de suavização do relatório final da CPI da Covid, previsto para o mês que vem.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), já deixou claro a aliados que não dará andamento aos pedidos contra os ministros do Supremo. Ontem, ele afirmou que pautas voltadas à recuperação da economia podem ser afetadas pelo "esgarçamento das instituições". Pacheco disse ainda que a análise de eventuais pedidos de afastamento de magistrados não é "recomendável" no momento: - Entendemos que precipitarmos uma discussão de impeachment, seja do Supremo, seja do Presidente da República, ou qualquer tipo de ruptura, não é algo recomendável para um Brasil que espera uma retomada do crescimento, uma pacificação geral, uma pauta de desenvolvimento, de combate à pobreza e ao desemprego. Essa pauta ficaria prejudicada com o esgarçamento das instituições.

Os próprios aliados de Bolsonaro já o aconselharam a recuar, sem sucesso até aqui, argumentando que há muito a perder num embate com o Senado. No horizonte, a Casa aparece como uma trincheira estratégica para o Planalto. E o primeiro prejuízo já está sendo contabilizado. Como informou a colunista do GLOBO Bela Megale, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre (AP-DEM), decidiu deixar em compasso de espera a sabatina de André Mendonça, indicado de Bolsonaro ao STF, na vaga deixada por Marco Aurélio Melo, aposentado no mês passado. A aliados, Alcolumbre tem dito que não pautará a indicação antes de setembro e que não descarta adia-la para novembro.

Também caberá aos senadores a decisão de reconduzir ou não Augusto Aras à cadeira de procurador-geral da República. Bolsonaro já enviou a mensagem pleiteando a manutenção de Aras no posto por mais dois anos. Ao contrário de Mendonça, cujo nome enfrenta forte resistência na Casa, o chefe do Ministério Público não deverá encontrar dificuldades para a aprovação.

Outro tema considerado prioritário pelo Planalto, a **reforma tributária**, não sairá do papel sem a chancela dos senadores. A matéria, no entanto, ainda tramita na Câmara, e sequer há consenso entre deputados e governo sobre o texto ideal. Ontem, a votação foi adiada pela segunda vez por falta de acordo.

O termômetro político-eleitoral também indica ao Executivo que uma cisão com Pacheco tende a ser prejudicial. O presidente do Senado chegou ao cargo com o apoio de Bolsonaro, de quem vem se distanciando, e hoje é cotado com uma das alternativas para disputar a Presidência da República no ano que vem como opção da chamada terceira via.

Além disso, no Senado, a CPI da Covid caminha para a reta final. O relator do colegiado, Renan Calheiros (MDB-AL), deve apresentar seu parecer no dia 16 de setembro. A um mês da conclusão dos trabalhos, a comissão dá sinais de que o pedido de indiciamento do presidente é praticamente inevitável. Desde o primeiro movimento da CPI, o Planalto apresenta dificuldades para se articular e evitar derrotas aplicadas pelo colegiado.

O novo ministro da Casa Civil e senador licenciado, Ciro Nogueira, reconhece nas conversas com ex-colegas que há sérios problemas na relação do governo com o Senado. Hoje, isso foi dito em reunião

com parlamentares do PSD. O líder do partido, senador Nelson Trad (MS), presente à audiência, reverberou um sentimento comum a boa parte dos parlamentares da Casa.

-Fomos falar da ausência que estamos sentindo de uma interlocução melhor com o governo. Qual é o projeto do governo? Responde para mim. Como é que nós vamos defender ou ajudar uma coisa que a gente não sabe nem o que é? -queixou-se o líder da segunda maior bancada da Casa.

Pela manhã, Bolsonaro voltou a dizer que não recuaria do plano de dar andamento aos pedidos de impeachment de Moraes e Barroso.

- Eu vou entrar com um pedido de impedimento dos ministros no Senado. O local é lá. O que o Senado vai fazer? Está com o Senado agora, independência. Não vou agora tentar cooptar senadores, de uma forma ou de outra, oferecendo uma coisa para eles etc etc etc, para votar o impeachment deles -disse o presidente, à rádio Capital Notícia, de Cuiabá.

"Essa pauta (recuperação econômica) ficaria prejudicada com o esgaçamento das instituições" Rodrigo Pacheco, presidente do Senado

-

PGR não vê crime em Bolsonaro sem máscara

Em parecer dado ao Supremo Tribunal Federal (STF) em um pedido de investigação contra o presidente Jair Bolsonaro por aparecer em eventos sem máscara, a Procuradoria-Geral da República (PGR) disse não ser "possível realizar testes rigorosos, que comprovem a medida exata da eficácia da máscara de proteção como meio de prevenir a propagação do novo coronavírus".

Ainda segundo a PGR, "embora seja recomendável e prudente que se exija da população o uso de máscara de proteção facial, não há como considerar criminosa a conduta de quem descumpre o preceito".

A manifestação foi dada pela subprocuradora-geral da República Lindôra Maria Araújo, para quem o presidente não cometeu crime ao aparecer sem máscara e gerar aglomeração em eventos públicos.

A notícia-crime foi apresentada pelo PT após a participação de Bolsonaro, sem máscara, em uma "motociata" no Rio, quando houve aglomerações. "Essa conduta não se reveste da gravidade própria de um crime, por não ser possível afirmar que, por si só, deixe realmente de impedir introdução ou propagação da COVID-19", escreveu Lindôra.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a maioria dos infectologistas, o uso de máscaras é recomendado como medida preventiva para reduzir a transmissão da Covid-19, inclusive para pessoas que já foram vacinadas. Outras medidas indicadas por especialistas são evitar aglomerações e manter os ambientes bem ventilados.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Recuo estratégico



FERNANDA TRISOTTO, GERALDA DOCA E MANOEL VENTURA economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

Para evitar derrota em uma prioridade da agenda econômica, a bancada do governo na Câmara dos Deputados mudou de posição e adiou, novamente, a apreciação do projeto da **reforma tributária**, que corrige a tabela do Imposto de Renda, muda a tributação das empresas e cria taxas sobre dividendos. Fontes do governo ouvidas pelo GLOBO disseram que, se a votação avançasse, o texto seria rejeitado. Longe de um acordo, a proposta passou o dia sob fogo cruzado de empresas, com o argumento de que pagarão mais **impostos**, e de estados e municípios, sustentando que terão perda de receita com o projeto.

A proposta entrou na pauta de votação por vontade do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), que pretendia votar o texto-base ontem e deixar as mudanças para destaques a serem votados em até 15 dias.

- Consenso nesse plenário sobre esse tema é impossível. Precisa separar o que é política do que é justo e correto para o Brasil -afirmou Lira durante a sessão.

A orientação para a retirada de pauta foi costurada pelo líder do governo, Ricardo Barros (PP-PR), enquanto o requerimento de retirada de pauta já era avaliado. O parlamentar destacou que o projeto só vai avançar se for possível construir uma maioria. Caso contrário, a proposta não entra na pauta ou será rejeitada, disse. Segundo ele, há problema de segurança nos cálculos apresentados pelo relator sobre eventuais perdas para as partes envolvidas.

- Todo mundo quer ter certeza de que não está votando contra seu prefeito, contra seu governador.

Os líderes estão reclamando que os dados não estão claros - disse Barros ao GLOBO.

Nessa versão, o relator manteve a ampliação da faixa de isenção do IR para pessoas físicas em R\$ 2.500 e a tributação de dividendos em 20%, mas promoveu alterações nos **impostos** para as empresas. O IR das pessoas jurídicas terá um corte de 8,5 pontos percentuais (p.p.), passando de 25% para 16,5% em 2022. Ele será complementado pela redução em 1,5 p.p. da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que passará de 9% para 7,5% no ano que vem.

As empresas se opõem ao projeto devido à cobrança do imposto de 20% sobre dividendos. Associações afirmam que a redução do IRPJ para 16,5% e da CSLL para 7,5% não compensam a nova cobrança, ou seja, haveria aumento da carga tributária. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) já disse considerar o texto inaceitável.

GUEDES DEFENDE PROJETO

Parte da equipe econômica chegou a defender que o texto fosse votado e derrubado, para enterrar de vez a discussão. Mas o ministro da Economia, Paulo Guedes, ainda insiste no projeto. A ala mais fiscalista do ministério também avalia que o adiamento pode ser positivo, pois o projeto teria ficado "muito caro", ao incluir compensações para estados e municípios que vão pesar na conta da União.

O líder do MDB, Isnaldo Bulhões Jr. (AL), já havia alertado para o esgotamento das negociações. Ele avalia que o adiamento torna o futuro da proposta imprevisível:

-Aí o jogo zera e as conversas precisam recomeçar. O fatiamento da reforma, que tinha como objetivo facilitar a votação, acabou mostrando a enorme complexidade do tema.

Líderes partidários ouvidos pelo GLOBO divergem em relação às possibilidades de salvar o texto. O vice-líder do PSD, Marco Bertaiolli (SP), ressaltou as alterações feitas para beneficiar micro e pequenas empresas.

-Acho que é possível salvar a reforma quando todo mundo tiver conhecimento de cada artigo, de cada parágrafo do texto -afirmou.

Para o líder do DEM, deputado Efraim Filho (PB), a

continuidade da proposta dependerá da nova rodada de negociações. Seria necessário, afirmou, um texto "que dê mais transparência aos números que afetam estados, municípios e setor produtivo."

Em um tom mais pessimista, o vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM), acredita que as chances diminuíram:

-Haverá esforço (para salvar o texto). Mas acho difícil.

ACORDO COM MUNICÍPIOS

Nem o acordo costurado pelo relator com a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), garantindo aumento nos repasses do fundo de participação a partir de outros projetos que tramitam no Congresso, bastou para a reforma avançar.

Mas, para o diretor institucional do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), André Horta, será possível retomar as negociações.

- Pode-se construir um acordo semelhante ao dos municípios, para aumentar o repasse aos estados. O adiamento representa o alargamento do diálogo -disse Horta.

O Comsefaz fez os cálculos, com base na última versão do substitutivo, e estimou as perdas de estados e municípios com as mudanças nas regras do IR em R\$ 11,7 bilhões - os estados teriam menos R\$ 6,4 bilhões, e os municípios, menos R\$ 5,4 bilhões.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Adiamento indica dificuldade para aprovação da PEC dos Precatórios

MANOEL VENTURA *man oel .ventura@bsb.org*
lobo.com.br **BRASÍLIA**

O adiamento do projeto de reforma do Imposto de Renda (IR) na Câmara dos Deputados expôs a dificuldade do governo em lidar com pautas econômicas que têm adversários além da oposição, como governadores e empresários. Auxiliares do Palácio do Planalto observaram, reservadamente, que o caso demonstrou que o governo terá um desafio extra para conseguir aprovar a proposta que parcela precatórios (dívidas judiciais das quais o governo não pode recorrer).

Da mesma forma que o IR, os precatórios envolvem interesses de estados, municípios e outros detentores de precatórios, inclusive entes privados. A mobilização das unidades da federação pesou para o adiamento do projeto da reforma tributária.

Por se tratar de uma proposta de emenda à Constituição (PEC), o parcelamento de precatórios precisará do apoio de 308 deputados e 49 senadores, em dois turnos de votação em cada Casa. A reforma do IR poderia ser aprovada com maioria simples.

A proposta de parcelamento dos precatórios é necessária para abrir espaço no Orçamento de 2022 para o Auxílio Brasil, substituto do Bolsa Família. Sem ela, o governo fica sem margem fiscal no ano que vem, quando vencem R\$ 89,1 bilhões em sentenças judiciais. O adiamento das discussões do IR também representa um problema para o Auxílio Brasil.

A fim de contornar o problema, caso a taxaçoão de dividendos não avance, integrantes do governo já avaliam duas frentes: bancar o benefício com redução de subsídios ou até mesmo mudar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A redução de subsídios poderia ser feita por medida provisória (MP) -o que, mais uma vez, poderia enfrentar resistência no Congresso.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Dividendo social, novidade há mais de duas décadas (Artigo)



Leandro Ferreira

O Valor abordou em "Dividendos sociais, uma sacada eleitoral para 2022", de Pedro Cafardo, que o ministro Paulo Guedes saiu a campo com ideias que cultiva há tempos: criar um fundo que sirva, ao mesmo tempo, como justificativa de um agressivo processo de desestatização e como fonte de recursos para o pagamento de transferências de renda como forma de proteção social. Ambos objetivos demonstram fidelidade ao ideário liberal de redução do Estado e de que a melhor forma de superar a pobreza é alocar nos indivíduos o dinheiro que lhes falta para adquirir livremente o que julgarem necessário. O próprio Guedes aponta o Imposto de Renda Negativo defendido por Milton Friedman como gênese dessa ideia, o que, por sinal, está no programa eleitoral de Jair Bolsonaro de 2018.

Tomado pelo dia a dia das funções governamentais, pode ter faltado ao ministro oportunidade de aprofundar temas na agenda de um governo marcado pela incapacidade de liderar o país sem amplificar divergências e intolerâncias. A ideia de reunir os rendimentos da União, sua participação acionária em empresas e recursos de concessões e privatizações é atraente. Como a legislação impede que receitas de capital sejam utilizadas para o pagamento de despesas correntes, os dividendos teriam origem, supõe-se, no rendimento do fundo. Para cumprir seu

papel de "transferir riqueza" este fundo deve obter ganhos por meio de investimentos diversos. Se chegar a somas de R\$ 2 trilhões, pode cumprir o papel de fundo soberano do país.

A ideia, a qual se refere como Fundo Brasil, está longe de ser uma inovação. Fundos soberanos ao redor do mundo relacionam-se com o financiamento de governos, incluindo o orçamento de políticas sociais, como no caso do fundo soberano da Noruega. A versão brasileira parece estar mais próxima do Fundo Permanente do Alasca, criado ao final dos anos 1970, e que obtêm seus rendimentos através de investimentos diversos (no Brasil, investe em 179 empresas) para pagar um dividendo a todo cidadão do Estado.

No Brasil ela tramita no Congresso Nacional desde 1998, curiosamente sob o nome de "Fundo Brasil de Cidadania". O autor da proposta não é nenhum atual bolsonarista. Sequer foi um tucano à época. Apresentada por Eduardo Suplicy, ex-senador pelo PT-SP, sugeria que 50% de todos os recursos obtidos com privatizações, concessões, além do rendimento de imóveis da União fossem destinados ao fundo a partir do qual se pagaria uma renda mínima. A proposta incluía em seu conselho de administração a participação de um beneficiário do programa de garantia de renda.

A discussão é oportuna, especialmente com o iminente fim do Auxílio Emergencial, mas alguns pontos evoluíram em mais de 20 anos. O primeiro deles é que proteção social não pode oscilar de acordo com a flutuação de mercados de investimentos. Assim como no imposto de renda negativo, trata-se de um mecanismo *ex post*, que atua após a situação de vulnerabilidade consumir-se. O debate mais avançado propõe que o pagamento seja *ex ante*, anterior à chegada dos indivíduos na condição de pobreza. Este raciocínio é central para a renda básica universal compreendida como direito inalienável, não como remediação de uma situação que demora a ser percebida pelo Estado.

O segundo ponto é que instrumentos aperfeiçoados ao longo de décadas tem trajetória que, se deixada de lado, implica em custos adicionais de se criar alternativas como a estrutura institucional, meios de pagamento, cadastramento etc. Trata-se do efeito de

"path dependence", bastante conhecido na economia e bem estudado em suas implicações para políticas públicas. Não há razão para abandonar a rede de proteção social existente e o Bolsa Família, ainda que este possa ser aperfeiçoado. O próprio Auxílio Emergencial funcionou melhor para quem já tinha em mãos cartões sociais do governo e não dependeu de aplicativos para se inscrever.

Em terceiro lugar, a criação de um instrumento com essa envergadura não pode adquirir contornos de atalho para escapar às regras fiscais. O imediatismo eleitoral tem levado à repescagem ideias já rejeitadas, como o uso de recursos de pagamento de precatórios para finalidades relacionadas aos programas contra pobreza. Um fundo soberano não pode, nem deve, ter o olhar focado no curtíssimo prazo político, pagando dividendos individuais que seriam melhor utilizados se integrassem o orçamento da União.

Seria mais adequado revisar regras como a do teto de gastos para permitir o uso de receitas adicionais - como o rendimento do fundo, um eventual aumento de arrecadação ou redução de gastos tributários, especialmente em políticas sociais, ao invés de ancorar o crescimento de gastos apenas nas despesas corrigidas pela **inflação**. Essa solução é parcimoniosa e mais estável que os caminhos aventados até aqui contra a regra tão cara aos próprios liberais que compõem o governo.

O Fundo Brasil de Cidadania de Suplicy foi arquivado no Congresso. Não avançou nem sob governos petistas, embora seja evidente o ganho dos recursos das áreas sociais neste período. Não prosperou também a ideia de utilizar o pré-sal para compor um fundo desta natureza, o que a economista Lena Lavinhas, da UFRJ, chamou de "caminho perdido" pela Renda Básica de Cidadania, também de Suplicy. Outro projeto seu de 1998, aprovado em 2014, mas vetado por Dilma, estabeleceria uma linha oficial de pobreza que permitiria definir uma referência para programas sociais e estatísticas oficiais.

Já que o Executivo federal sinaliza esforços neste assunto, deveria corrigir distorções de forma progressiva na **reforma tributária**. Apenas no Imposto de Renda, por exemplo, deduções por dependentes significam um gasto maior do governo com filhos de classes médias e altas do que se paga por crianças no Bolsa Família.

Bons exemplos não faltam. Cidades como Niterói e Maricá criaram fundos soberanos para fortalecer suas economias no longo prazo. Ambas têm programas de transferência de renda municipais próprios com desenho moderno a partir do orçamento municipal, e não a partir do rendimento de investimentos, mais

focados na estabilização fiscal e no aperfeiçoamento permanente de suas governanças e políticas de investimento. A criação deste tipo de estrutura não se dá da noite para o dia e precisa de maturação. Rendimentos que possam ser utilizados podem levar anos para se realizarem e a necessidade dos vulneráveis é imediata. A sacada de Guedes não servirá para 2022.

Leandro Ferreira é mestre em Políticas Públicas pela UFABC, Presidente da Rede Brasileira de Renda Básica.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186982?page=1§ion=1

Bolsonaro mantém ofensiva, e Pacheco indica que não vai pautar impeachment: entenda as consequências para o governo no Senado

Daniel Gullino e Julia Lindner

Jair Bolsonaro e Rodrigo Pacheco Foto: Agência O Globo

BRASÍLIA - Ao reafirmar que enviará os pedidos de impeachment dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso, ignorando conselhos de aliados e a sinalização de que o assunto não prosperará no Senado, o presidente Jair Bolsonaro pode agravar a má relação com a Casa que será palco de votações importantes para o governo nas próximas semanas. O Senado avaliará, por exemplo, a indicação do ex-ministro da AGU André Mendonça para o STF e receberá a **reforma tributária** atualmente em tramitação na Câmara. A falta de interlocução com senadores também reduz as chances de Bolsonaro conseguir algum tipo de suavização do relatório final da CPI da Covid, previsto para o mês que vem.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), já deixou claro a aliados que não dará andamento aos pedidos contra os ministros do Supremo. Nesta terça, ele afirmou que pautas voltadas à recuperação da economia podem ser afetadas pelo "esgarçamento das instituições". Pacheco disse ainda que a análise de eventuais pedidos de afastamento de magistrados não é "recomendável" no momento:

- Entendemos que precipitarmos uma discussão de impeachment, seja do Supremo, seja do Presidente da República, ou qualquer tipo de ruptura, não é algo recomendável para um Brasil que espera uma retomada do crescimento, uma pacificação geral, uma pauta de desenvolvimento, de combate à pobreza e ao desemprego. Essa pauta ficaria prejudicada com o esgarçamento das instituições.

Os próprios aliados de Bolsonaro já o aconselharam a recuar, sem sucesso até aqui, argumentando que há muito a perder num embate com o Senado. No horizonte, a Casa aparece como uma trincheira estratégica para o Planalto. E o primeiro prejuízo já

está sendo contabilizado. Como informou a colunista do GLOBO Bela Megale, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre (AP-DEM), decidiu deixar em compasso de espera a sabatina de André Mendonça, indicado de Bolsonaro ao STF, na vaga deixada por Marco Aurélio Melo, aposentado no mês passado. A aliados, Alcolumbre tem dito que não pautará a indicação antes de setembro e que não descarta adia-la para novembro.

Também caberá aos senadores a decisão de reconduzir ou não Augusto Aras à cadeira de procurador-geral da República. Bolsonaro já enviou a mensagem pleiteando a manutenção de Aras no posto por mais dois anos. Ao contrário de Mendonça, cujo nome enfrenta forte resistência na Casa, o chefe do Ministério Público não deverá encontrar dificuldades para a aprovação.

Outro tema considerado prioritário pelo Planalto, a **reforma tributária**, não sairá do papel sem a chancela dos senadores. A matéria, no entanto, ainda tramita na Câmara, e sequer há consenso entre deputados e governo sobre o texto ideal. Ontem, a votação foi adiada pela segunda vez por falta de acordo.

O termômetro político-eleitoral também indica ao Executivo que uma cisão com Pacheco tende a ser prejudicial. O presidente do Senado chegou ao cargo com o apoio de Bolsonaro, de quem vem se distanciando, e hoje é cotado com uma das alternativas para disputar a Presidência da República no ano que vem como opção da chamada terceira via.

Além disso, no Senado, a CPI da Covid caminha para a reta final. O relator do colegiado, Renan Calheiros (MDB-AL), deve apresentar seu parecer no dia 16 de setembro. A um mês da conclusão dos trabalhos, a comissão dá sinais de que o pedido de indiciamento do presidente é praticamente inevitável. Desde os primeiros movimentos da CPI, o Planalto apresenta dificuldades para se articular e evitar derrotas aplicadas pelo colegiado.

O novo ministro da Casa Civil e senador licenciado, Ciro Nogueira, reconhece nas conversas com ex-colegas que há sérios problemas na relação do governo com o Senado. Hoje, isso foi dito em reunião com parlamentares do PSD. O líder do partido, senador Nelson Trad (MS), presente à audiência, reverberou um sentimento comum a boa parte dos parlamentares da Casa.

- Fomos falar da ausência que estamos sentindo de uma interlocução melhor com o governo. Qual é o projeto do governo? Responde para mim. Como é que nós vamos defender ou ajudar uma coisa que a gente não sabe nem o que é? - queixou-se o líder da segunda maior bancada da Casa.

Pela manhã, Bolsonaro voltou a dizer que não recuaria do plano de dar andamento aos pedidos de impeachment de Moraes e Barroso.

- Eu vou entrar com um pedido de impedimento dos ministros no Senado. O local é lá. O que o Senado vai fazer? Está com o Senado agora, independência. Não vou agora tentar cooptar senadores, de uma forma ou de outra, oferecendo uma coisa para eles etc etc etc, para votar o impeachment deles - disse o presidente, à rádio Capital Notícia, de Cuiabá.

Site: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-mantem-ofensiva-pacheco-indica-que-nao-vai-pautar-impeachment-entenda-as-consequencias-para-governo-no-senado-25159832>

Precisa e Envixia esperavam lucrar US\$ 23 mi com Covaxin

Vinicius Sassine Brasília

A Precisa Medicamentos, intermediária do Brasil, e a Envixia Pharmaceuticals, atravessadora dos Emirados Árabes Unidos, esperavam receber comissões de até US\$ 23 milhões com a venda da vacina indiana Covaxin ao governo Jair Bolsonaro.

Levando em conta o valor do dólar -R\$ 5,38- expresso no contrato assinado pelo Ministério da Saúde em 25 de fevereiro, as quantias poderiam atingir R\$ 123,7 milhões se o negócio fosse adiante e se houvesse decisão pelo valor máximo das comissões.

As informações foram apuradas pela Folha junto a fontes da Precisa.

Diante das suspeitas de corrupção e das evidências de fraude, o ministério suspendeu o contrato para a compra de 20 milhões de doses, a um custo de R\$ 1,61 bilhão. A parceria será cancelada de vez, segundo o governo.

O dinheiro para as vacinas indianas está reservado por meio de nota de empenho, emitida em 22 de fevereiro, sem poder ser usado na aquisição de outros imunizantes. A compra efetiva não ocorreu.

A Bharat Biotech, fabricante indiana, rompeu com a Precisa após confirmação de fraudes em documentos enviados ao governo brasileiro. A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), com o fim da parceria, cancelou estudos clínicos da Covaxin e a autorização de importação.

Os documentos que estabeleciam a parceria entre Bharat, Precisa e Envixia e que foram fornecidos ao Ministério para viabilizar o negócio não informam o valor das comissões destinadas às empresas.

Na CPI da Covid no Senado, a diretora técnica da Precisa, Emanuela Medrades, foi questionada sobre o valor que seria pago à empresa por intermediar as negociações para venda da Covaxin ao governo.

"O contrato que rege a representação entre a Precisa e Bharat é confidencial, e eu não tenho autorização para expor aqui", disse Medrades. "Não tenho esse contrato. E ele tem cláusula de confidencialidade entre entes privados." ACPI pediu cópia do contrato para

descobrir o valor das comissões, ele ainda não teria sido entregue à comissão.

Os valores a serem destinados pela Bharat a Precisa e Envixia chegaram a ser escritos em uma minuta, segundo fontes ouvidas pela reportagem.

A comissão planejada para a Precisa era de 8,5% sobre os resultados da venda, calculados a partir do desconto do custo da vacina e de fatores como transporte, ensaio clínico, registro e **impostos**.

Dos US\$ 15 por dose, a Precisa esperava receber US\$ 0,40. A venda dos 20 milhões de unidades garantiria, assim, US\$ 8 milhões (R\$ 43 milhões).

O valor exato não chegou a ser calculado, pois o negócio naufragou e não foi possível calcular os resultados a partir da assinatura do contrato.

No caso da Envixia, a Bharat aceitou pagar US\$ 0,25 por dose, valor que não seria embutido no preço de US\$ 15 por unidade, segundo informações de fontes da Precisa.

A empresa dos Emirados Árabes teria resistido ao valor da comissão estipulado pela fabricante e pediu US\$ 0,50 a mais por dose, o que elevaria a remuneração a US\$ 0,75. Isso significaria um pagamento de US\$ 15 milhões (R\$ 80,7 milhões).

A ofensiva da Envixia teria travado o acordo, conforme os relatos feitos à reportagem. Por essa razão, a minuta não teria evoluído para um contrato, segundo esses relatos.

A existência da Envixia no negócio da Covaxin foi revelada em reportagem publicada pela Folha em 8 de julho. A empresa árabe e a Precisa assinaram um memorando de entendimento com a Bharat Biotech para a venda da vacina no Brasil.

Pela Precisa, assinou o dono da empresa, Francisco Maximiano. Pela Envixia, o empresário Anudesh Goyal.

As comissões previstas aos dois empreendimentos não estão expressas no memorando, assinado em 24 de novembro, quando já haviam ocorrido as primeiras tratativas oficiais com o Ministério da Saúde.

A Envixia era responsável por apoiar todas as atividades relacionadas ao registro e comercialização do imunizante no Brasil, conforme o memorando. A Precisa, por sua vez, conduziu todas as tratativas para viabilizar o negócio no ministério.

Depois da confirmação de que documentos básicos da representação foram fraudados, a Precisa culpou a Envixia pelas fraudes. A reportagem não conseguiu contato nem com a empresa nem com o empresário responsável.

Em grupos de WhatsApp, Anudesh estabelecia condições e papéis na parceria para a viabilização da vacina. O próprio empresário seria o responsável direto pelos documentos a serem fornecidos pela Bharat Biotech, tanto em inglês quanto em português, conforme a Precisa.

Na CPI, Medrades foi questionada sobre o papel da Envixia. A representante da Precisa afirmou: "Eles atuam como o que a gente chama de "finders", são aquelas companhias que colocam outras companhias juntas para que prosperem, enfim, nas junções, "joint venture", etc. Eles participam da primeira operação e depois não mais. Também conhecidos como "brokers". Segundo Medrades, a Envixia foi "inserida" pela Bharat Biotech. "Nós não temos relação com a Envixia, é uma relação da Bharat, que indica quem serão os seus "brokers" em cada uma das operações." O dono da Precisa, Francisco Maximiano, deve ser ouvido pela CPI ainda neste mês. O depoimento do empresário é um dos mais aguardados na comissão.

Além da CPI, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, o TCU (Tribunal de Contas da União) e a CGU (Controladoria-Geral da União) investigam suspeitas de corrupção no contrato da vacina indiana.

Bolsonaro também é investigado num inquérito autorizado pelo STF (Supremo Tribunal Federal). Ele é suspeito de prevaricação por não ter agido ao ser avisado, dentro do Palácio da Alvorada, de irregularidades no contrato.

A denúncia foi feita pelo deputado Luis Miranda (DEM-DF) e por seu irmão, Luis Ricardo Miranda, chefe do setor de importação do Ministério da Saúde.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

41

Reforma do IR prejudica Norte e Nordeste, diz entidade de fiscais

Fábio Pupo

O projeto de lei que altera regras do Imposto de Renda vai reduzir receitas com mais força dos estados do Nordeste e do Norte, segundo estudo feito pela Febrafite (Federação Brasileira de Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais). A proposta pode ser votada nesta terça-feira (17) no plenário da Câmara dos Deputados.

Os nove estados da região nordestina teriam uma perda somada de R\$ 4,1 bilhões ao ano caso as regras sejam aprovadas, de acordo com o estudo da Febrafite. A Bahia seria a principal prejudicada, com um buraco anual de R\$ 713 milhões, seguida pelo Maranhão, com R\$ 570 milhões.

Os sete estados da região Norte teriam uma perda somada de R\$ 2,4 bilhões, enquanto as demais regiões teriam prejuízos mais brandos. O Sudeste perderia R\$ 899 milhões; o Centro Oeste, R\$ 646 milhões; e o Sul, R\$ 498 milhões.

"Ao propor forte redução do IRPJ e o aumento do limite de isenção do IRPF, a proposta de reforma da tributação sobre a renda compromete a saúde financeira de estados e municípios", afirma estudo da Febrafite assinado pelo economista Murilo Ferreira Viana.

"A reforma blinda em maior medida os recursos federais enquanto reduz aqueles partilhados com os entes subnacionais. Trata-se de evidente afronta ao federalismo de cooperação", diz.

O levantamento não leva em conta o aumento da tributação sobre a mineração, contido na proposta e que deve ajudar principalmente Minas Gerais e Pará - responsáveis por 90% da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Excetuando esses dois casos, a alteração da CFEM não deve produzir mudanças significativas, segundo os estados.

O relator do projeto, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), afirma que os números fazem parte de "cálculos errados" e diz que "haverá neutralidade de arrecadação".

Mas estados e municípios contestam. O Comsefaz

(comitê de secretários estaduais de Fazenda) divulgou posicionamento contrário ao projeto nesta terça dizendo que ele subtrai recursos dos cofres públicos.

"[O texto] prevê uma inadmissível redução de receitas dos estados, arremessando os entes subnacionais à insolvência fiscal, agravando os efeitos da crise econômica, sanitária e social contra as quais hoje se reúne esforços para reagir", afirma nota assinada por André Horta, diretor institucional do Comsefaz.

Horta afirma que o projeto mantém perdas de recursos "mesmo após uma série de reuniões, debates, articulações e esforço de consenso junto ao relator e ao Ministério da Economia".

"Postulamos a rejeição deste substitutivo para poder garantir à população dignidade e serviços públicos que condigam com as expectativas democráticas dirigidas aos governos estaduais", afirma Horta.

Outra entidade, a Abrasf (Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais), se posicionou nesta terça afirmando que não apoia a aprovação do texto e dizendo que o texto "não é uma proposta neutra conforme afirma o deputado Sabino".

A Abrasf afirma que, da forma como o texto foi apresentado, as capitais e maiores cidades do país perderão cerca de R\$ 1,5 bilhão, sendo aproximadamente R\$ 800 milhões relativos ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

"Continuamos bancando a reforma. Houve cautela para tornar a reforma o mais neutra possível para a União, mas o mesmo não aconteceu com os demais entes", afirma em nota o presidente da Abrasf e secretário da Fazenda de Aracaju, Jeferson Passos.

"Se tal projeto for aprovado da forma como se encontra, os Municípios sofrerão ainda mais para reorganizar suas contas e, certamente, não terão condições de prestar os serviços básicos para garantir o bem-estar da população", diz Passos.

Mesmo sob críticas de empresários e pressões contrárias de estados e municípios, Sabino afirmou nesta terça à Folha que não apresentará novo parecer com mudanças no texto.

Em seu mais recente substitutivo, o relator manteve a taxaço de dividendos, que é criticada por empresários, mas ampliou o corte do imposto sobre as companhias -desagradando ainda mais estados e municípios.

A versão oficial mais recente do texto permite que micro e pequenas empresas (que faturam até R\$ 4,8 milhões por ano) que recolhem **tributos** pelo chamado lucro presumido (regime simplificado) possam distribuir dividendos sem serem taxadas. O benefício era mais restrito na versão anterior.

Para compensar o impacto da nova mudança, o relator diminuiu o corte no IRPJ, de 9,5 pontos percentuais para 8,5. Com isso, a alíquota-base do IRPJ cairia de 15% para 6,5%.

Sabino tentou minimizar a resistência de estados e municípios apresentando o corte mais brando de IRPJ e inserindo, no lugar, uma redução de 1,5 ponto percentual na Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) -um tributo federal aplicado às empresas.

A mudança é explicada porque os recursos obtidos com o IRPJ são compartilhados com governadores e prefeitos e a CSLL, não. Com a redução na CSLL, a maioria das empresas veria esse tributo baixar de 9% para 7,5%. Mesmo assim, estados e municípios continuam vendo perdas. Entidades da iniciativa privada também criticam o texto.

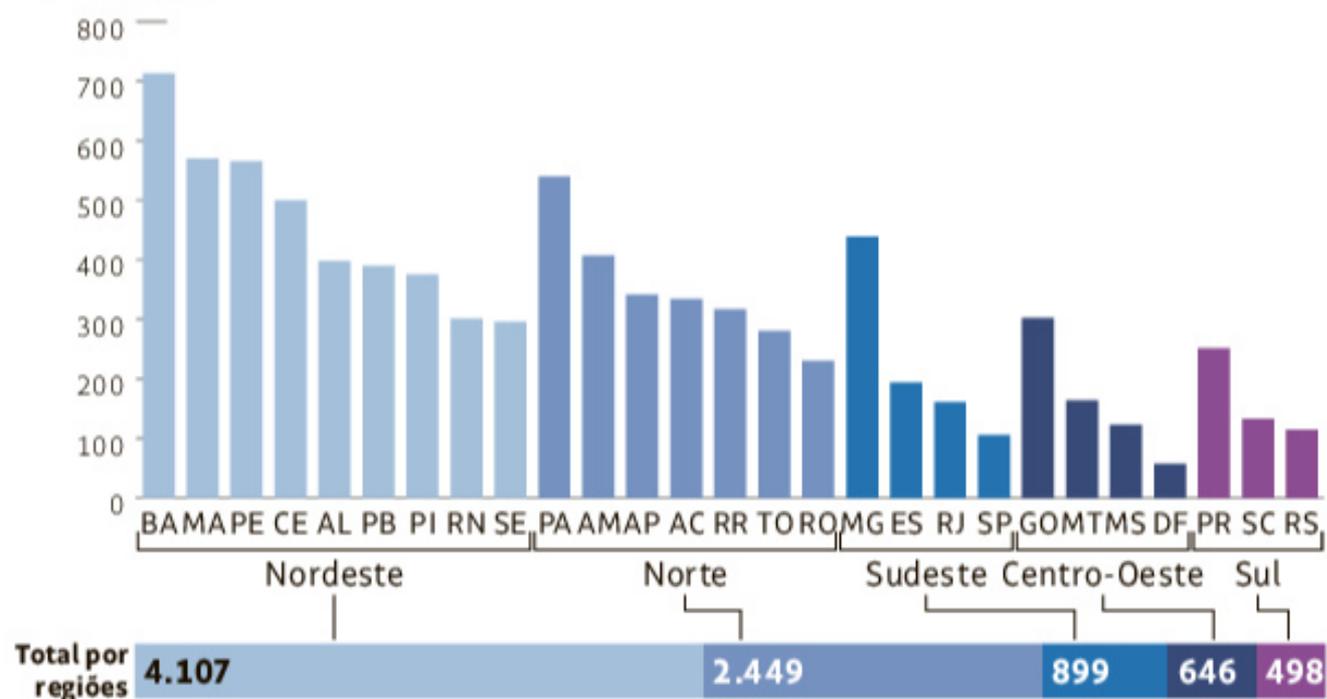
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

41

Perda no fundo dos estados, em R\$ milhões

Por estados



Fonte: Febrafite

Retomada perde força, e atividade encolhe 0,3% no 2º tri, diz FGV

Leonardo Vieceli

Em um sinal de perda de fôlego, a atividade econômica do país encolheu 0,3% no segundo trimestre, frente aos três primeiros meses de 2021, indicam dados do Monitor do **PIB**, calculado pelo FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas). O resultado foi divulgado nesta terça-feira (17).

Em relação ao segundo trimestre do ano passado, houve crescimento de 12,1%. O pesquisador do FGV Ibre Claudio Considera, coordenador do levantamento, ponderou que o desempenho positivo está relacionado à base de comparação fragilizada pela pandemia.

Conforme o economista, a retração de 0,3% mostra que houve "certo otimismo" de analistas após o **PIB** (Produto Interno Bruto) avançar 1,2% no primeiro trimestre. Na visão de Considera, "ainda há um longo caminho para a retomada mais robusta da economia".

"A atividade está se recuperando, mas não na magnitude que as pessoas acham que estaria se recuperando. Quando o **PIB** cresceu 1,2% no primeiro trimestre, houve analistas dizendo que a economia poderia crescer entre 5% e 7% neste ano", afirma Considera.

O monitor busca antecipar o ritmo da atividade econômica no país. O resultado oficial do **PIB** é calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A divulgação do FGV Ibre é mensal. Em junho, a atividade econômica teve avanço de 1,2% ante maio, conforme o monitor. Frente ao sexto mês de 2020, houve elevação maior, de 10,1%, também relacionada à base de comparação fragilizada.

O resultado oficial do **PIB** do segundo trimestre será apresentado no dia 1º de setembro pelo IBGE.

Pela ótica da oferta, dois dos três setores pesquisados ficaram no vermelho entre abril e junho, sinaliza o Monitor do **PIB**. A agropecuária caiu 4,4% frente ao primeiro trimestre, enquanto a indústria recuou 1,9%.

Já o setor de serviços, bastante afetado pela chegada da Covid-19, avançou 0,7%. Esse segmento é o

principal componente do **PIB** sob a ótica da oferta, respondendo por cerca de 70% do indicador. Reúne uma grande variedade de negócios, de pequenos comércios a instituições financeiras e de ensino.

"O setor de serviços está começando a reviver com o aprendizado da população sobre a pandemia. Por exemplo, você ainda não vai a um restaurante, mas pede comida em casa", cita Considera.

Pela ótica da demanda, o consumo das famílias avançou 0,8% no segundo trimestre, em relação ao primeiro, mostra o Monitor do **PIB**. Também houve alta no consumo do governo (0,3%), nas exportações (8,3%) e nas importações (9,7%).

Já os investimentos produtivos na economia brasileira, medidos pelo indicador de FBCF (Formação Bruta de Capital Fixo), caíram 2,2%. Segundo Considera, a retração veio após o resultado do primeiro trimestre (alta de 4,3%) ter sido turbinado por impactos do regime aduaneiro especial, o Repetro, que permite ao setor de petróleo e gás importar bens de capital sem pagar **tributos** federais. Entre eles, plataformas.

O regime permite que as plataformas possam ser consideradas ativos permanentes das petroleiras instaladas no país, e não mais prestação de serviços pagos a subsidiárias ou fornecedores no exterior.

Na visão de analistas, a vacinação contra a Covid-19 tende a beneficiar setores como o de serviços, que depende da circulação de clientes, ao longo do segundo semestre. O desemprego e a **inflação** em alta, por outro lado, desafiam a recuperação econômica.

No trimestre encerrado em maio, dado mais recente disponível, a taxa de desemprego foi de 14,6% no país. Havia 14,8 milhões de trabalhadores desocupados à época.

A escalada da **inflação** nos últimos meses tem sido puxada pela energia elétrica, que ficou mais cara em razão da crise hídrica. A escassez de chuva derruba o nível de reservatórios de usinas hidrelétricas, forçando o acionamento de térmicas, que envolvem custos maiores. O reflexo é a conta de luz mais alta na casa dos consumidores e nas empresas.

"A economia vai continuar crescendo no terceiro e no quarto trimestres, pelo menos em relação ao ano passado. Mas não vejo uma trajetória de recuperação tão forte, inclusive em 2022. Tem desemprego, tem **inflação**, tem pandemia. As pessoas estão esquecendo que a **inflação** tira o poder de compra das famílias, assim como o desemprego. São vários problemas antes de uma recuperação forte", observa Considera.

Site:

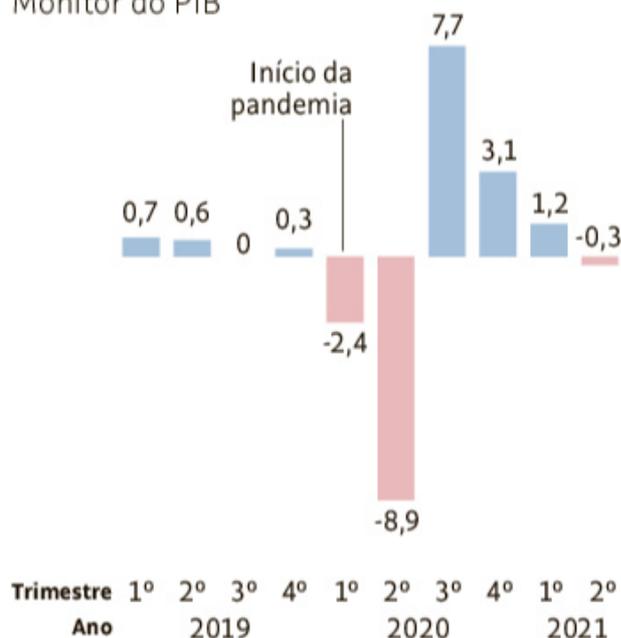
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

41

Atividade econômica perde fôlego

Variações frente ao trimestre imediatamente anterior, em %

Monitor do PIB



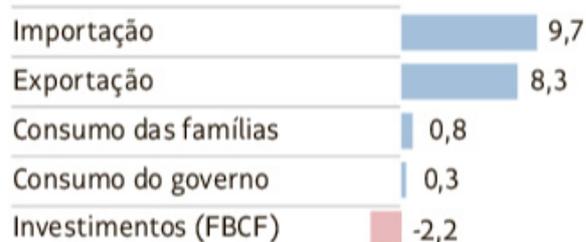
Desempenho dos setores

No 2º trimestre de 2021

Ótica da oferta



Ótica da demanda



Fonte: FGV Ibre

Para 'ala fiscalista', reforma 'já não se paga'



Alas. Ministério da Economia está dividido sobre projeto

As concessões sinalizadas pelo governo para destravar a votação do projeto do Imposto de Renda estão saindo caro na avaliação de integrantes da ala mais fiscalista do Ministério da Economia.

Nas palavras de um integrante da equipe, "a reforma já não se paga há muito tempo".

Outra fonte chega a celebrar a "disputa" por benesses porque, em meio à briga, nada é votado e tudo fica como está hoje, sem maiores prejuízos para as contas da União.

Esse é o clima nos bastidores da pasta após uma série de acordos para tentar atenuar a oposição de empresas e, mais recentemente, angariar apoio de municípios ao projeto. O andar das negociações expõe mais uma vez a existência de dois grupos dentro do Ministério da Economia: um formado por técnicos fiéis às regras e à estabilidade fiscal e outro disposto a fazer concessões em prol da negociação política.

Essa divisão já havia sido evidenciada nas articulações para a votação do Orçamento de 2021, quando a equipe do ministro Paulo Guedes emitiu sinais de que era possível acomodar até R\$ 16,5 bilhões em emendas parlamentares com cortes em outras despesas, inclusive obrigatórias.

A negociação degingolou para a maquiagem de gastos e emendas de congressistas turbinadas a R\$ 31,3 bilhões, posteriormente reduzidas com um veto parcial do presidente Jair Bolsonaro.

Segundo apurou o Estadão/ Broadcast, as negociações com o Congresso têm sido conduzidas pelo gabinete de Guedes e seus auxiliares mais

próximos.

As demais áreas, por sua vez, fazem a conta da fatura - e acham caro.

De acordo com uma fonte, os acordos com os municípios são fiscalmente danosos à União, potencializados por eventual investida semelhante dos Estados.

Outro técnico afirma que ceder nos fundos de participação de Estados e municípios é "péssimo".

Por outro lado, esse interlocutor afirma que o ingresso dos governadores na disputa por recursos tem um lado "positivo", pois quanto mais gente brigando, "mais difícil aprovar".

Promessas. O projeto do IR foi enviado ao Congresso como promessa de simplificação dos **tributos**, mas também em cumprimento a uma promessa de campanha de Bolsonaro: ampliar a faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física. Se aprovado, o "alívio" no bolso dos contribuintes entra em vigor em 2022, ano eleitoral. Para compensar a perda de receitas, o texto também incluiu a tributação de dividendos distribuídos à pessoa física, medida que tem sido combatida por empresários e profissionais como advogados, médicos e outros que atuam como pessoa jurídica. A resistência já surtiu efeito e levou a flexibilizações no texto que podem deixar R\$ 200 bilhões fora da mira da tributação.

Nos bastidores, o rumo das negociações do projeto do IR está sendo descrito como "várzea".

Há quem compare com o observado no projeto de privatização da Eletrobras, aprovado repleto de "jabutis" (matérias estranhas ao texto), e na PEC emergencial, quando o governo precisou arcar com uma fatura de R\$ 16,5 bilhões em emendas (originando o impasse do Orçamento de 2021) em troca da proposta que alterou regras fiscais.

Nessas votações, o que ficou evidente foi o alto preço que o governo do presidente Jair Bolsonaro tem precisado pagar para fazer avançar sua agenda no Congresso.

I Repetição da Eletrobras

O rumo das negociações do projeto do IR está sendo descrito como "várzea" nos bastidores. Há quem

compare o caso com o projeto de privatização da Eletrobras, aprovado repleto de "jabutis" - matérias estranhas ao texto

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Execuções, burca e ópio: o 1º governo talibã



FILIPE BARINI filipe.barinPoglobo.com.br

A volta do Talibã trouxe à memória dos afegãos o período em que a milícia comandou um regime de repressão, violência e horror entre 1996 e 2001.

O contexto que antecedeu o primeiro governo talibã era bem diferente do atual. O Afeganistão estava sem uma autoridade central, em meio à guerra civil que sucedeu a ocupação soviética (1979-1989). Nesse contexto, o grupo surgiu, em 1994, com um discurso de combate à corrupção e aos abusos dos "senhores da guerra", de fortalecimento do governo e de pacificação -algo que, em um primeiro momento, deu-lhe certa legitimidade e apoio de parte da população.

Ao mesmo tempo, o grupo professava um ideário político e religioso que deixaria marcas profundas na sociedade afegã. Como conta o jornalista e escritor paquistanês Ahmed Rashid, em seu livro "Taliban" (sem edição no Brasil), a milícia tem como base o deobandismo, um movimento dentro do Islã sunita, que surgiu no período em que o Subcontinente Indiano estava sob controle britânico.

A filosofia ganhou força nas escolas religiosas da região, incluindo no Paquistão, onde muitos dos futuros fundadores do Talibã estudaram, contando em certos casos com financiamento saudita a partir dos anos 1970 -isso ajudaria a explicar o avanço do pensamento radical e por vezes violento herdado de correntes do wahabismo, a linha "purista" adotada na Arábia Saudita.

VERTENTE SINGULAR

Rashid aponta que o Talibã adotou uma vertente radical e singular, que foge de preceitos deobanditas clássicos, como o pacifismo. Isso vai contra a história

do Islã no Afeganistão, tradicionalmente dominada por correntes moderadas, que incluem o sufismo, visto como herege pelo grupo.

"Sua exposição ao debate sobre o islamismo radical pelo mundo é mínima, sua noção da própria história é ainda menor. Isso criou um obscurantismo que não permite qualquer tipo de diálogo, mesmo entre os próprios muçulmanos", escreveu Rashid.

Somado a essa visão estreita do mundo, o grupo adotou os preceitos do Pashtunwali, código que rege o estilo de vida dos pachtos, maior grupo étnico do Afeganistão e base do Talibã-para Rashid, o código foi também deturpado pelos fundamentalistas.

O resultado foi um regime marcado por horrores **impostos** à população, especialmente às mulheres. Os véus, antes opcionais, foram substituídos por obrigatórias burcas, vestes que cobrem o corpo inteiro das mulheres e eram algo alheio a boa parte da população não pachto. Escolas e universidades passaram a ser apenas para homens, assim como o mercado de trabalho -sair de casa, apenas com um homem da família. TV, música e qualquer forma de entretenimento estavam vetadas, dentro e fora das residências.

Quem violasse as regras estaria sujeito a punições extremas, como a amputação de mãos ou braços para pessoas acusadas de roubo, ou a morte por apedrejamento para mulheres apontadas como adúlteras. O estádio Ghazi ("Herói"), palco de jogos de futebol, críquete e até um show de Duke Ellington, nos anos 1960, passou a ser usado para execuções sumárias no gramado. Minorias étnicas e religiosas eram perseguidas e frequentemente mortas.

Contudo, alguns se beneficiaram. O Talibã viu no tráfico de ópio uma fonte excepcional de renda: estima-se que 90% da produção mundial venha do Afeganistão. Uma proibição ao plantio da papoula em 2000 -vista como uma tentativa de melhorar a imagem externa do regime - elevou drasticamente o preço dos opiáceos e garantiu aos talibãs um lucro considerável anos depois, quando venderam o produto armazenado. Até hoje, essa é apontada como a principal fonte de renda do grupo, apesar de sua filosofia considerar pecado o uso de drogas, algo que pode ser punido com a morte.

O terrorismo internacional viu também no Afeganistão um lar seguro. Quando foi expulso do Sudão,

Osamabin Laden, fundador da al-Qaeda, voltou ao país onde lutou contra os soviéticos nos anos 1980, agora para planejar ataques pelo mundo. Em 2001, após o 11 de Setembro, o Talibã tentou se livrar de Bin Laden para evitar uma invasão -um mês depois, as bombas da Otan começaram a cair. Fora do poder, o Talibã permaneceu ativo e voltou ao comando ao mesmo tempo em que as tropas estrangeiras se retiraram totalmente do país.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

PEC dos precatórios terá resistência de Estados



Manoel Vitorio: Bahia quer o dinheiro para políticas voltadas à educação

Mariana Ribeiro e Lu Aiko Otta

Quando começar a ser negociada no Congresso, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios enfrentará forte oposição dos Estados. Haverá resistências não só ao parcelamento em dez anos de um pagamento que normalmente é feito à vista, como também à autorização para que a União faça um encontro de contas entre o que tem a pagar aos Estados e municípios e as dívidas deles para com o governo federal.

Estados e municípios são os principais credores dos chamados superprecatórios, aqueles com valor acima de R\$ 66 milhões, que a PEC propõe parcelar. Segundo dados da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), os entes subnacionais detêm quase 60% dos superprecatórios. São R\$ 17,8 bilhões em um total de 49 precatórios que somam R\$ 29,9 bilhões.

O encontro de contas poderia resolver, dessa forma, boa parte do problema dos precatórios de alto valor. Ao todo, detentores de superprecatórios devem R\$ 95,1 bilhões à União, dos quais perto de R\$ 30 bilhões estão em situação irregular, informa nota da PGFN.

A PEC determina que o encontro de contas pode ser feito para "amortizar dívidas nos contratos em que houve prestação de garantia [da União] aos entes federativos, parcelas, vencidas ou a vencer, nos parcelamentos de **tributos** ou contribuições sociais,

bem como obrigações decorrentes do descumprimento de prestação de contas ou desvio de recursos".

"É um cheque em branco", afirmou ao Valor o secretário de Fazenda da Bahia, Manoel Vitorio. Ele comenta que a redação da PEC é confusa. Não é claro, por exemplo, se o encontro de contas também será feito de forma parcelada ou de uma só vez. Seria ainda necessário alterar os contratos de financiamento que os entes têm com o Tesouro Nacional.

A Bahia não pretende abrir mão de receber integralmente os R\$ 8,8 bilhões em precatórios que lhe são devidos em 2022. "Nossa intenção é utilizar integralmente para uma reforma nas políticas de educação, um grande fator de mobilidade social", afirmou.

Com R\$ 3,9 bilhões em precatórios a receber da União em 2022, o secretário de Fazenda de Pernambuco, Décio Padilha, frisou que o Estado defende o cumprimento da regra constitucional: créditos de precatórios inscritos em um ano são pagos no ano seguinte.

Na equipe econômica, informa-se que o dispositivo precisará ser regulamentado para definir como o encontro de contas será realizado. Mas a ideia é mesmo compensar os valores dos precatórios contra o saldo devedor dos entes com o governo federal. Uma fonte comentou que não faria sentido a União pagar bilhões a Estados que tiveram o aval do governo federal para tomar empréstimos e deram calote.

Envolvido ontem numa dura negociação em torno da reforma do Imposto de Renda, Padilha disse que as tentativas de entendimento com o governo federal a respeito de **tributos** fracassaram.

Dessa forma, não haveria interesse do Estado em sentar-se à mesa para negociar precatórios.

"Claramente, o objetivo do governo federal com a PEC é abrir espaço fiscal direto de R\$ 40 bilhões em 2022, para utilizar em despesas correntes", afirmou o secretário de Pernambuco. Essa folga serviria, entre outras coisas, para bancar um aumento nos benefícios do programa social, comentou. Ele afirmou que os Estados são favoráveis ao reajuste, mas que a União pode encontrar outras fontes de financiamento.

O pagamento de precatórios aos Estados e municípios poderia ser feito fora do teto de gastos, a exemplo do que ocorre com outros pagamentos feitos pela União aos entes subnacionais, como os repasses dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM). A sugestão é do economista-chefe da XP Investimentos, Caio Megale.

Para ele, o mais sensato seria tirar parte do pagamento dos superprecatórios do teto e pagar à vista, com emissão de dívida. Assim, não seria necessário o governo propor uma PEC cujo resultado final, após a tramitação, é desconhecido. Do ponto de vista de gestão financeira, disse, pagar os precatórios de forma parcelada ou emitir títulos para quitá-los de uma só vez dá praticamente no mesmo. Apenas seria necessário limitar o tipo de precatório que sairia do teto.

Os precatórios decorrem da derrota do governo federal na Justiça, em que Estados alegaram erro no valor dos repasses ao antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

As resistências dos entes credores à PEC não serão surpresa para o governo federal. Isso porque, quando a União foi derrotada nos tribunais, a Advocacia-Geral da União tentou promover um acordo com Estados e municípios. A iniciativa fracassou.

A PEC também traz um mecanismo que facilitará o encontro de contas com credores privados. Ela propõe que o pagamento, em vez de ser feito por intermédio do juiz da ação, como é hoje, passe a ser feito pelo juiz da execução fiscal. Dessa forma, o governo tenta substituir um mecanismo de compensação automática que foi julgado inconstitucional

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186982?page=1§ion=1

Bolsonaro derrete e apela para o golpismo - NAS ENTRELINHAS

POR LUIZ CARLOS AZEDO

A pesquisa XP-Ipespe divulgada ontem mostra que Jair Bolsonaro derreteu eleitoralmente - perde para qualquer concorrente no segundo turno, se as eleições fossem hoje. Mais ainda, pode até ser derrotado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no primeiro turno, se mantiver a polarização com o petista e conseguir inviabilizar a chamada "terceira via", como pretende. Segundo o cientista político Antônio Lavareda, mesmo com o recesso da CPI da Covid e o bom desempenho do Brasil nas Olimpíadas de Tóquio, que reduziram o noticiário negativo, o mau humor dos brasileiros com o presidente da República aumentou.

Não faltam motivos para isso, apesar do avanço da vacinação em massa e da redução do número de óbitos diários pela covid-19, que o povo atribui aos governadores e aos prefeitos. Com justa razão, Bolsonaro é identificado com o vírus da pandemia e não com a vacina. Fez tudo o que podia e não deveria para isso. Ontem mesmo, andou falando que as pessoas que tomaram a CoronaVac, a vacina chinesa produzida pelo Instituto Butantan, estão morrendo. Sua avaliação positiva caiu de 22 para 21%, enquanto a de governadores subiu de 36% para 46% e a dos prefeitos, de 45% para 55% - mesmo com o presidente da República culpando-os pela crise sanitária.

O estrago feito pelo ex-ministro Eduardo Pazuello e sua equipe de militares na Saúde, desnudado pela CPI do Senado, é irreversível: 57% da população acreditam no envolvimento do governo e de alguns de seus membros na corrupção. O apoio à CPI é robusto e inversamente proporcional: 57%. Na pesquisa, 67% dos entrevistados disseram que acompanham a CPI e 74% dos brasileiros perderam um parente, amigo ou colega na pandemia.

O pior dos mundos para Bolsonaro é a percepção da economia, negativa para 63% da população. Em julho, eram 57%. Ou seja, mesmo com alguns indicadores positivos, como o crescimento do **PIB**, e medidas recentes para ajudar a população de mais baixa renda, como o Auxílio Brasil, o programa federal que substituirá o Bolsa Família, o povo se queixa da **inflação**, dos juros altos e do desemprego, que formam um círculo vicioso. Nas simulações eleitorais, Bolsonaro perderia para Lula, Ciro Gomes, Sergio Moro, Luís Henrique Mandetta, João Doria e Eduardo

Leite. Se aparecer mais um candidato, talvez perca para ele também. A expectativa de poder que mantém não se sustenta no seu projeto eleitoral, mas no governo como forma mais concentrada de poder e na narrativa do golpe de Estado. Esse é o xis da questão.

O ministro da Defesa, Braga Neto, compareceu ontem à Câmara para dizer que a ameaça de não realização das eleições, caso não fosse aprovado o voto impresso, nunca houve e é um assunto encerrado. É mesmo, porque a Câmara enterrou a proposta. Mas a narrativa golpista de Bolsonaro continua. É construída sobre três pilares: a disseminação da suspeita de fraude eleitoral para beneficiar a candidatura de Lula, o falso papel moderador que atribui às Forças Armadas nas relações entre os Poderes e o questionamento da autoridade do Supremo Tribunal Federal (STF) na exegese da Constituição.

Vivandeiras

Bolsonaro escala seu confronto com os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, relator do inquérito das fake news, e Luís Roberto Barroso, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para provocar uma grave crise institucional e arrastar as Forças Armadas para a aventura de um golpe de Estado, antecipando-se à derrota eleitoral que vislumbra no horizonte. Exuma o velho castilhismo castrense da Revolução de 1930, percorre quartéis e campos de manobras como "comandante supremo das Forças Armadas". Parece uma daquelas "vivandeiras alvoroçadas" que percorriam os bivaques para "bulir com os granadeiros e provocar extravagâncias do poder militar", como disse, certa vez, o marechal Castello Branco.

Os políticos do Centrão, entre os quais o novo ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, tiram proveito da situação para avançar sobre cargos do governo e verbas do Orçamento da União, mas, até agora, não embarcaram no projeto golpista. Um golpe de Estado, quando nada, anularia todo o poder de barganha que hoje desfrutam. Além disso, não têm a mesma ojeriza dos militares a Lula, pois foram seus aliados quando o PT estava no poder - alguns até foram ministros. Atuam como a turma do deixa disso, mas não estão tendo sucesso na tentativa de protagonizar e viabilizar o projeto de reeleição de Bolsonaro.

Bolsonaro: fundo em menos de R\$ 3 bi



» **Ingrid Soares**

O presidente Jair Bolsonaro afirmou, ontem, que deverá vetar parcialmente o fundo eleitoral e sancionar o valor em menos de R\$ 3 bilhões. Mas, caso isso não seja possível, vetará o artigo integralmente, conforme adiantou na entrevista que concedeu à Rádio Capital Notícias, de Cuiabá. A aprovação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022 aumentou, de R\$ 2 bilhões para R\$ 5,7 bilhões, as verbas destinadas ao Fundo Eleitoral para o próximo ano.

A medida aguarda a decisão de Bolsonaro e o prazo termina nesta sexta-feira. No entanto, no caso de veto integral pelo presidente, parte do valor poderá ser recomposto no envio do Orçamento de 2022 ao Congresso pelo Poder Executivo.

"Temos que cumprir a lei. Não posso sancionar ou vetar qualquer coisa sem responsabilidade. Se eu sancionar o que não devo ou vetar o que não posso, estou incurso em crime de responsabilidade. Vamos vetar tudo que exceder o previsto pela lei de 2017. Acredito que desses R\$ 5,7 bilhões, menos de R\$ 3 bilhões deverão ser sancionados", adiantou.

Bolsonaro ainda classificou como um "acinte" o aumento para quase R\$ 6 bilhões do Fundo Eleitoral. "A ordem que dei foi a seguinte: vetar tudo que extrapolar aquilo previsto na lei de 2017. Vamos supor que não seja possível porque está num artigo só. Então, veto tudo. Essa foi a decisão. Eu não quero brigar com a Câmara e nem com o Senado, mas R\$ 5,7 bilhões extras, porque tem o Fundo Partidário também, é um acinte, uma coisa inimaginável", afirmou.

No último dia 26, apesar de ter garantido que vetaria o aumento dos recursos, Bolsonaro mudou o discurso e

afirmou que deveria retirar apenas o que chamou de "excesso", e que sancionaria o fundo eleitoral em aproximadamente R\$ 4 bilhões.

"Vai ser vetado o excesso do que a lei garante. A lei garante quase R\$ 4 bilhões de fundo. O extra, de R\$ 2 bilhões, vai ser vetado. Se eu vetar o que está na lei, estou incurso crime de responsabilidade", justificou.

Bolsonaro também sugeriu que a correção da verba deveria ter sido feita pela inflação. "No ano retrasado, eu sancionei algo parecido, mas levando-se em conta a inflação do período. Eu não tinha como vetar", disse.

Segundo a legislação, 48% dos recursos do Fundo Eleitoral são divididos entre os partidos proporcionalmente ao número de representantes na Câmara dos Deputados, na última eleição geral - 35% vão para as legendas na proporção do percentual de votos válidos obtidos por aquelas que tenham pelo menos um representante na Câmara; 15% são distribuídos conforme o número de representantes no Senado; e 2% são divididos igualmente entre todas as agremiações registradas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Cotistas do FGTS vão receber R\$ 8,1 bilhões

FERNANDA FERNANDES

O Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aprovou, por unanimidade, a distribuição de R\$ 8,1 bilhões aos cotistas do fundo até 31 de agosto. O valor corresponde a 96% do lucro obtido com a aplicação dos recursos do FGTS em 2020. A quantia ficou bem acima da esperada por especialistas, que falavam em R\$ 5,9 bilhões até o último mês, quando Gustavo Tillmann, diretor de FGTS do Ministério da Economia, afirmou que o valor deveria, pelo menos, garantir a correção monetária das cotas em proporção equivalente à variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Durante a reunião do conselho, ontem, Tillmann afirmou que a distribuição de quase 100% do lucro do fundo é necessária para garantir um ganho real aos trabalhadores. Serão beneficiadas 191,2 milhões de contas. "(Isso) Reafirma o compromisso do conselho de sempre oferecer um ganho real e criar uma atração ao FGTS, que é tão importante para políticas públicas neste país", disse ele. É importante considerar que os recursos vão engordar as contas, mas o saque dos recursos só pode ser feito em situações específicas (veja na Arte).

O diretor afirmou ao Correio que, proporcionalmente, considerando a **inflação**, a distribuição este ano será equivalente à realizada em 2020. "No ano passado o percentual foi menor, mas o lucro foi maior. (...) A ideia é superar pelo menos a **inflação**, mirando inicialmente o IPCA, mas, sempre que possível, distribuir um pouco mais, e foi possível contemplar um pouco a mais nessa ocasião", disse Tillmann. Para o professor de economia Carlos Alberto Ramos, da Universidade de Brasília (UnB), a distribuição acima do esperado pode ser mais uma movimentação do governo para ganhar popularidade. "Em períodos de recessão e desemprego, o FGTS pode ser utilizado como dinamizador da demanda e do consumo. Em um contexto de baixa popularidade ou contendas eleitorais, pode ser um instrumento para tentar potencializar a popularidade de um governo", disse o professor.

Cálculo

A fatia definida pelo conselho do FGTS deverá ser dividida de acordo com o saldo em conta do trabalhador. O cálculo para saber quanto cada conta receberá é simples: basta multiplicar o saldo em 31 de dezembro de 2020 por 0,01863517. Dessa forma, para

cada R\$ 1 mil de saldo na conta do FGTS, o trabalhador receberá R\$ 18,63. Quem tinha R\$ 10 mil, por exemplo, receberá R\$ 186,30.

Pela Lei nº 8.036/1990, o fundo tem rendimento de 3% ao ano mais TR (Taxa Referencial). Os depósitos efetuados nas contas do FGTS devem ser corrigidos, monetariamente, todo dia 10 de cada mês. Já os lucros são distribuídos desde 2017, uma vez por ano, sempre com base no resultado do ano anterior, e de forma a repor, pelo menos, a **inflação**. Em 2019, a distribuição foi a maior já registrada, com 100% dos R\$ 12,2 bilhões de lucro (referente ao exercício de 2018) distribuídos.

A parcela do rendimento correspondente aos lucros, neste ano, é de 1,92%, que, somado aos 3%, perfazem 4,92%. O valor ficou acima do IPCA de 2020, de 4,52%, e do ganho da poupança, de 2,11%.

De acordo com Tillmann, manter os recursos no FGTS é uma opção vantajosa para quem não tem alto potencial financeiro para investir em outros mercados mais atrativos. "Tem sido uma boa alternativa, especialmente para os trabalhadores de mais baixa renda", disse. O diretor explicou que a poupança é menos atrativa do que o Fundo. "A rentabilidade da poupança, que é um veículo de aplicação mais acessível aos trabalhadores, é de 2,11%, enquanto a do FGTS este ano foi de 4,92%", observou.

Saques

De acordo com a Lei nº 8.036/1990, o trabalhador pode sacar o dinheiro do FGTS em um número limitado de casos, como aposentadoria, demissão sem justa causa e compra da casa própria (veja na Arte). Mais recentemente, o governo passou a admitir outras modalidades, como o saque-aniversário, por exemplo, que facilitaram a retirada do dinheiro.

Ramos critica a falta de liberdade de movimentação do FGTS. "O que teria que ser repensado é a possibilidade de o trabalhador, como dono dessa poupança, poder realizar as aplicações financeiras que ele considere mais conveniente", diz o professor.

A consulta ao saldo do FGTS pode ser feita no site da Caixa, pelo aplicativo FGTS ou pessoalmente nas agências da Caixa. O trabalhador também pode receber o extrato do FGTS na residência, a cada dois meses - basta requerer no site, agência ou pelo telefone 0800 726 01 01. (Colaborou Bernardo Lima,

estagiário sob supervisão de Odail Figueiredo) "(Isso) Reafirma o compromisso do conselho de sempre oferecer um ganho real e criar uma atração ao FGTS, que é tão importante para políticas públicas neste país" Gustavo Tillmann, diretor de FGTS do Ministério da Economia

Dinheiro na conta

Cotistas do FGTS vão receber 96% dos lucros gerados pelo fundo em 2020



R\$ 8,129 bilhões

Serão distribuídos até 31 de agosto

O valor corresponde a 96% do lucro gerado pelas aplicações financeiras do FGTS em 2020

Quanto irei receber?

Pelo site ou aplicativo da Caixa e do FGTS, ou pessoalmente em uma agência da Caixa, retire o extrato da conta do dia 31 de dezembro de 2020.



1 Multiplique o valor por 0,01863517.

2 Para cada **R\$ 1 mil** em conta do FGTS até o dia 31/12/2020, o trabalhador receberá **R\$ 18,63**.

$$\text{R\$ } 1.000 \times 0,01863517 = \text{R\$ } 18,63$$

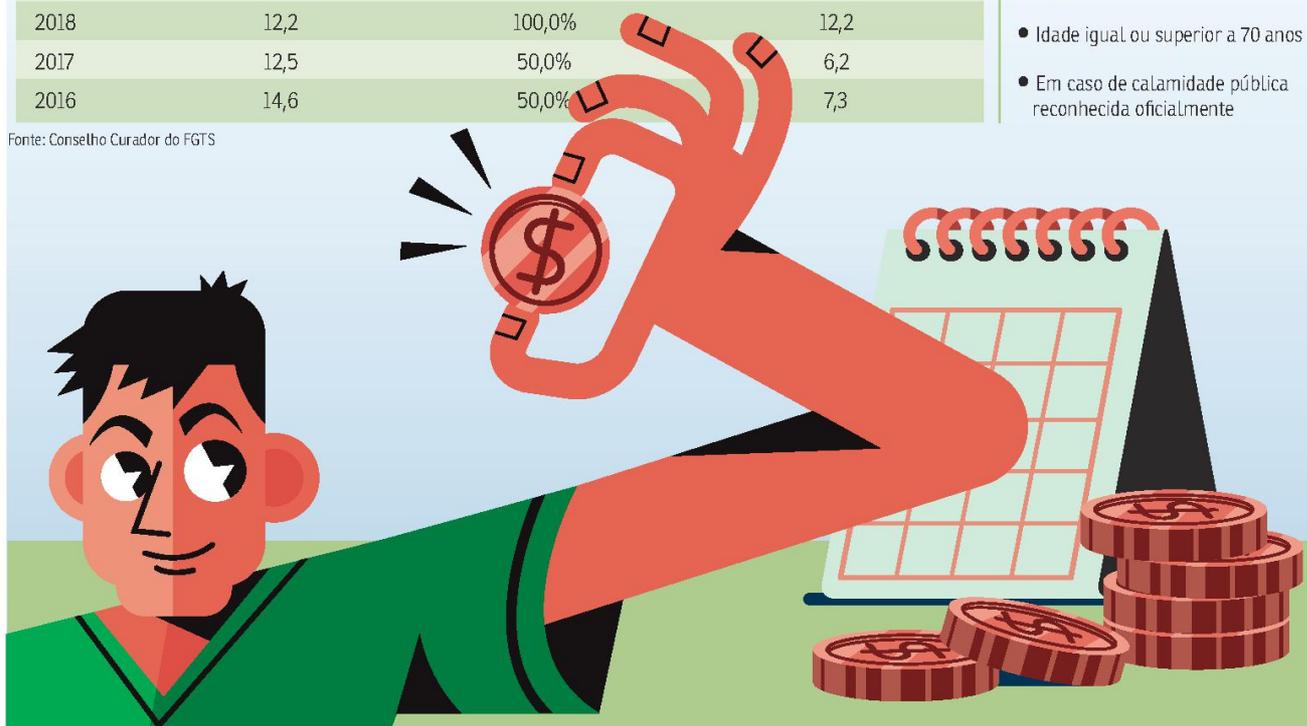
Rendimento das contas do FGTS de 2020 é de 1,92% + 3% assegurados por Lei



Distribuição de Resultados nos últimos cinco anos

Ano base	Resultado do FGTS	% Distribuído	Valor distribuído (em R\$ bilhões)
2020	8,5	96,0%	8,1
2019	11,3	66,2%	7,5
2018	12,2	100,0%	12,2
2017	12,5	50,0%	6,2
2016	14,6	50,0%	7,3

Fonte: Conselho Curador do FGTS



Quando posso sacar?

O lucro será creditado nas contas. Para poder sacar o dinheiro, é preciso estar enquadrado nas hipóteses previstas na Legislação:

- Aposentadoria
- Compra da Casa própria (inclusive pagamento de prestações)
- Demissão sem justa causa
- Saque aniversário
- Em caso de doença grave ou em estágio terminal
- Morte do trabalhador (pelos herdeiros)
- Fechamento da empresa
- Conta sem depósitos por três anos ininterruptos
- Término do contrato de trabalho temporário
- Idade igual ou superior a 70 anos
- Em caso de calamidade pública reconhecida oficialmente

Efeitos da crise institucional (Editorial)

Pelas leis da economia, mais que a evolução real dos preços, câmbio, balança comercial, investimentos e da produção e desempenho das empresas, é a expectativa sobre o comportamento desses e de outros indicadores que move a montanha, como diz o ditado em relação à fé, no rumo do crescimento ou na direção oposta a ele. Num Brasil que busca não só a recuperação como também a expansão do seu **PIB**, em meio a uma crise institucional com ruídos diários, torna-se difícil lidar com essa perspectiva se confirmando num caminho desfavorável e perigoso para o país.

Na segunda-feira, ficou evidente a deterioração das previsões de mais de uma centena de analistas de bancos e corretoras que o Banco Central ouve na elaboração do Boletim Focus. As expectativas para a **inflação** alcançaram, pela primeira vez neste ano, a barreira de 7%, inclusive ultrapassando esse percentual. Agora, são 19 elevações projetadas do custo de vida em 2021, sendo que a última delas saiu de 6,31% em julho para 7,05%.

Com isso, a taxa básica de juros, a Selic, subiu mais um pouco, de 7,25% para 7,5% ao ano no cenário imaginado pelo mercado financeiro. Significa dor de cabeça para o BC, uma vez que o Conselho Monetário Nacional não contava com nada além de um IPCA de 5,25% neste ano, permanecendo o centro da meta de **inflação** em 3,75% anuais. Pioraram também as expectativas quanto à performance da atividade econômica neste ano para taxa de crescimento de 5,28% ante 5,30% anteriores, assim como a previsão para o **PIB** de 2022 baixou de 2,10% para 2,04%.

Analistas têm admitido ainda que a crise política afeta mais do que se imagina os ativos da Bolsa, com o Ibovespa acumulando perdas de 1% este ano. Basta observar tratar-se de resultado muito ruim, na comparação com as altas dos grandes mercados acionários do mundo como o de Nova York (17,33%) e o de Frankfurt (16,4%) e até mesmo de países emergentes. Argentina mostrou subida de 26,6% e a Rússia, de 20,1%, de suas respectivas bolsas.

A Bolsa fechou o pregão em queda de 1,07% ontem, aos 116.247 pontos e inverteu o sinal no mês, agora, com desvalorização de 3,19%. O Ibovespa havia chegado aos 130 mil pontos em junho. Há quem estime que a B3 poderia ter passado dos 150 mil pontos. O dólar, por sua vez, deveria estar mais baixo, não fosse a crise política. A moeda está precificada em R\$ 5,10 para o fim do ano, frente à estimativa de

R\$ 5,05 traçada um mês atrás.

Todo o esforço da produção industrial também não tem convencido o mercado financeiro, que optou por trabalhar com discreto avanço de 6,43% para 6,47% da taxa de crescimento em 2021. Para 2022, os analistas mantêm a previsão de 2,20%. E, para completar o cenário incômodo entre as áreas técnicas do BC e do Ministério da Economia, é do governo que surgem mais indicadores negativos. A Aneel divulgou, na segunda-feira, cálculos preliminares de que, após o baque nas contas de energia este ano, que têm puxado a **inflação**, as tarifas devem subir, em média, 16,68% ano que vem, devido aos efeitos da crise hídrica.

São números mais do que suficientes para que o presidente da República e sua equipe reflitam sobre efeitos da crise institucional. Expansão com **inflação** alta tem vida curta, diferentemente da experiência de países que se desenvolveram criando um mercado interno forte em consumo. Seria como alimentar uma crônica anunciada de indicadores econômicos.

Expectativas de inflação reacendem debate sobre 'dominância fiscal'



Larissa Garcia

Mesmo após sucessivas elevações da Selic e aceleração do ciclo de alta de juros, as projeções do mercado para a **inflação** continuam subindo. Para o Banco Central, a tendência de alta das estimativas é gerada especialmente pelo risco fiscal, quando os agentes econômicos entendem que o desajuste das contas públicas é significativo.

A dificuldade do Banco Central em frear as expectativas põe em xeque a efetividade da política monetária, especialmente com uma **inflação** que não é de demanda -quando a economia está aquecida pelo consumo-, mas sim reflexo de alta nos custos.

Além disso, o peso do risco de deterioração das contas públicas na **inflação** reacendeu entre economistas discussões sobre a possibilidade de que o país entre em dominância fiscal, quando a política monetária depende do controle das contas públicas e da dívida para conter a **inflação**.

Nesse cenário, quando o BC eleva a taxa básica de juros, a dívida aumenta a ponto de gerar mais **inflação**.

São frequentes os ruídos em torno da política fiscal. Na última semana, dúvidas em relação ao custeio do novo programa social do governo, o Auxílio Brasil, e ao pagamento de precatórios (dívidas do governo na Justiça) provocaram alta volatilidade no mercado.

O quadro de instabilidade política e fiscal deve se agravar até as eleições de 2022, tornando o ambiente ainda mais desafiador para o BC.

Para a economista Marília Fontes, fundadora da casa de análises Nord Research, o país só entraria em dominância fiscal caso o teto de gastos, mecanismo criado para limitar os desembolsos do governo, fosse rompido.

"Acredito que se retirar o teto de gastos, o país entra quase que imediatamente em dominância fiscal, porque o prêmio de risco [valor adicionado nos juros pelo risco] deve aumentar muito no juro longo, a ponto de afetar a **inflação**", avalia a especialista.

Para ela, o governo precisa gerar um gasto permanente relevante fora do teto para que isso ocorra. "O auxílio emergencial custou mais do que se estimava economizar com a reforma da Previdência, mas o mercado não penalizou porque entendeu que, mesmo sendo um gasto relevante, não seria permanente", lembrou Fontes.

Segundo a ata da última reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) do BC, publicada na terça-feira (10), dentro do cenário básico as expectativas para 2022 e para 2023 estariam alinhadas à meta.

"O Comitê ponderou que os riscos fiscais continuam implicando um viés de alta nas projeções. Essa assimetria no balanço de riscos afeta o grau apropriado de estímulo monetário, justificando assim uma trajetória para a política monetária mais contracionista [com juros mais altos] do que a utilizada no cenário básico", justificou o documento.

Para 2021, há consenso no mercado e no BC de que a **inflação** deverá estourar a meta fixada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), de 3,75% -com 1,5 ponto percentual de tolerância para cima e para baixo.

Hoje, o Copom já mira a **inflação** de 2022 e 2023, no chamado horizonte relevante, para quando o comitê entende que a política monetária pode fazer efeito, com metas de 3,5% e 3,25%, respectivamente.

De acordo com o boletim Focus, em que o BC divulga as expectativas do mercado, a expectativa é que este ano encerre com alta de 7,05% no índice de preços, acima do máximo definido para o ano, de 5,25%. Há um mês, os economistas esperavam 6,31%.

As projeções para 2022 também cresceram. No último Focus, a expectativa era de 3,90%, contra 3,75% há um mês. No primeiro relatório do ano, coletado em 8 de janeiro, o mercado esperava 3,34%.

Quando a **inflação** não fica dentro do intervalo

determinado pelo CMN para o ano, o presidente do BC precisa escrever uma carta aberta ao presidente do conselho, que é o ministro da Economia, Paulo Guedes, para explicar os motivos.

Diante disso, na semana passada, o Copom elevou a Selic em 1 ponto percentual, maior alta em 18 anos. Os juros foram para 5,25% ao ano. Para a próxima reunião, em setembro, o Comitê indicou que fará nova alta na mesma magnitude.

Com a decisão, o BC acelerou o ritmo do ciclo de aperto monetário, que vinha sendo de alta de 0,75 ponto nos encontros anteriores.

O chefe do Centro de Estudos Monetários do FGV/Ibre e ex-diretor do BC, José Júlio Senna, contra-argumenta que as expectativas dentro do horizonte relevante, que deixa 2021 de fora, estão ancoradas, mas que o BC precisa fazer um esforço enorme para evitar que sejam desancoradas e saiam da meta.

"Em 2022 as expectativas estão ligeiramente acima da meta, o BC age agora para evitar que haja deterioração desse cenário. O problema é que para segurar as expectativas está sendo necessário um esforço muito grande de aumento de juros", diz.

Para ele, o risco fiscal é importante dentro da **inflação**, mas há um componente novo agindo na aceleração de preços, que surgiu com a pandemia de Covid-19.

"A discussão em torno da **inflação** está ocorrendo no mundo inteiro e não sabemos quanto tempo vai durar, é difícil prever. Tivemos um choque duplo, de oferta, que afetou a cadeia produtiva, e de demanda, na pandemia o consumo foi desviado de serviços para bens", explica.

O país passou por choques sucessivos -e alguns simultâneos- nos preços. Em pouco tempo houve alta em alimentos, impacto das commodities, além do encarecimento de combustíveis. Agora, a crise hídrica elevou o valor da energia elétrica e, junto com a retomada do setor de serviços, devem gerar mais **inflação** no curto prazo.

"Subir os juros não vai derrubar imediatamente preços impactados por choques [que não são de aumento de demanda], mas pode impedir que se propaguem por toda a economia", analisa Senna.

O ex-diretor do BC afirma que, se o país estivesse em dominância fiscal, a política monetária perderia o efeito.

"O risco está presente, mas estamos longe disso. Sob dominância fiscal a política monetária não produz mais

efeito sobre as expectativas. O esforço é grande, mas o BC está conseguindo manter e está empenhado", destaca.

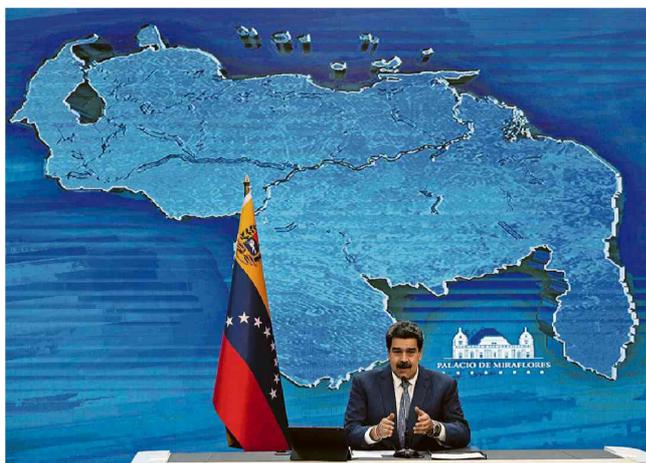
Ruídos sobre novo Bolsa Família elevaram previsões sobre preços, afirma Campos Neto

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou nesta terça-feira (17) que ruídos em torno do novo Bolsa Família, o Auxílio Brasil, foram responsáveis pela elevação das expectativas do mercado para a **inflação** de 2022 acima do projetado pela autoridade monetária. Na simulação do BC, a **inflação** deve ficar no centro da meta no próximo ano, que é de 3,5% com tolerância de 1,5 ponto percentual para cima e para baixo. Já o mercado, de acordo com o mais recente boletim Focus divulgado pela autarquia, espera que o índice encerre o período em 3,9% -há um mês, a expectativa era de 3,75%. "Reconhecemos que há grande quantidade de ruído em torno do Bolsa Família e de novas medidas que o governo divulgou", afirmou em referência também à PEC (Proposta de Emenda à Constituição) dos precatórios (dívidas do governo na Justiça).

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49641>

Ditadura e oposição negociam acordo para tentar tirar Venezuela da crise



O ditador da Venezuela, Nicolás Maduro, fala durante coletiva de imprensa, em Caracas. Foto: Paulo - 15.ago.21/AFIP

Sylvia Colombo

Desde a última sexta-feira (13), a ditadura e a oposição venezuelanas estão conversando, na Cidade do México, tendo como mediadora a Noruega.

A comitiva que representa o regime é liderada por Jorge Rodríguez, um dos homens mais poderosos do chavismo, ex-vice de Chávez e hoje presidente da Assembleia Nacional. A que reúne os interesses da oposição é comandada por Gerardo Blyde, ex-deputado que hoje dirige a coalizão anti-chavista Mesa da Unidade Democrática.

Eles terão 180 dias para chegar a um acordo que possa tirar a Venezuela da crise econômica, política e humanitária em que está.

Se não conseguirem, fracassarão, como as outras seis tentativas de diálogo que existiram desde 2014.

Por conta do fracasso das anteriores, a população vê a tentativa com apatia, agravada pelo aumento de casos de coronavírus no país e pela altíssima **inflação**, que fazem com que os problemas a serem resolvidos sejam ainda mais urgentes.

Alguns setores mais radicais da oposição, como o Vente Venezuela, de Mana Corina Machado, acham que já não há mais nada que dialogar com um regime que descumpriu acordos anteriores.

Um pouco menos pessimistas estão Juan Guaidó e Leopoldo López, que creem que a ditadura está mais isolada e com menos apoio popular. Porém,

consideram que não é possível sair com um acordo parcial, e que todas as reivindicações da oposição devem ser aceitas.

Na sexta-feira, as duas partes chegaram a um memorando de oito pontos para a discussão. Talvez o número de itens já seja um problema. Parece muito mais difícil chegar a um acordo em oito pontos, sendo estes por sua vez algo evasivos e subjetivos.

São eles: direitos políticos para todos, garantias eleitorais e cronograma para eleições com observação internacional, levantamento das sanções e restauração de direitos a ativos, respeito ao Estado Constitucional de Direito, renúncia à violência e reparação às vítimas da violência, proteção da economia nacional e medidas de proteção social ao povo venezuelano.

A isso, a oposição ainda acrescentou a necessidade de garantias de implementação com participação da comunidade internacional e uma maior distribuição de vacinas contra o coronavírus.

A questão de fundo mais importante é que Maduro tem muito mais a oferecer do que a oposição, que vem desinflada e dividida. O que o chavismo mais deseja é interromper as sanções econômicas, que de fato prejudicam aos cabeças do regime, e que seu mandato seja reconhecido como legítimo mundialmente.

No entanto, não há sinais de que estejam dispostos a entregar o que a oposição mais que eleições livres para presidente, com um novo conselho nacional eleitoral e com a garantia de que não será um processo fraudulento como os anteriores.

É difícil imaginar que, neste ponto, Maduro prometa algo distinto do que já prometeu antes. Em negociações anteriores, o ditador afirmou que a eleição de 2018 seria livres e justa. Não foram, e ele ganhou com fraude.

Levantar as sanções econômicas sem garantir isso seria garantir o fluxo de dinheiro que o regime precisa para seguir indefinidamente no poder. Portanto, essa é a negociação mais importante. Quem cederá primeiro nesses dois pontos: eleição livre e sanções.

Os demais parecem ser menos complicados de serem atingidos. Não é de hoje que o regime usa os prisioneiros políticos como moeda de troca para conter e controlar a oposição e o humor social.

Não parece ser difícil ir negociando cada um dos casos das centenas de presos políticos do regime. Outro assunto será levar a julgamento os casos de execuções extrajudiciais e abusos de direitos humanos contra os opositores.

Também deveria ser mais fácil tratar de modo mais urgente e em combinação das duas partes a vinda da ajuda humanitária ao país. Se já era necessário antes, quando uma grande tentativa, em Cúcuta, na fronteira entre Colômbia e Venezuela, faliu em fevereiro de 2020, agora é muito mais.

Além de acordos para doações de vacinas envolvendo a comunidade internacional, é necessário ainda que cheguem alimentos e remédios para a população mais vulnerável. E uma solução para os migrantes, tanto os que estão em outros países em situações precárias, como os que estão tentando voltar e, com isso, expondo-se a situações de violência e abuso.

Se de todo o acordo, este último ponto for o único a vingar, já terá valido algo a pena, pois se trata do mais urgente.

Governo Maduro libera opositor Freddy Guevara

A ditadura venezuelana colocou em liberdade condicional o ex-parlamentar Freddy Guevara, 35, dirigente do partido de oposição Voluntad Popular e braço direito do líder Juan Guaidó.

Guevara havia sido preso em 12 de julho, quando teve seu carro interceptado em uma estrada perto de Caracas. Com o celular em mãos, ele filmou a própria prisão.

Levado ao Helicóide, a prisão destinada a presos políticos, Guevara passou a responder a um processo que o acusa de estar vinculado a "grupos extremistas e paramilitares associados ao governo colombiano", além de "terrorismo" e "traição à pátria".

"Ainda não sei quais serão as minhas limitações, mas espero poder participar dos diálogos e da construção da paz. Estive isolado e só hoje estou sabendo de tudo o que ocorreu em minha ausência. Quero logo encontrar com meus companheiros de luta", afirmou Guevara a meios locais depois de sua liberação.

O ex-parlamentar continuará tendo de responder ao processo, mas em liberdade. Segundo a Bloomberg, teria sido parte da negociação que Guevara

substituiu Carlos Vecchio, embaixador de Guaidó nos EUA, nesse posto. O regime de Nicolás Maduro teria exigido a saída de Vecchio e oferecido a liberdade de Guevara em troca.

O ex-parlamentar já havia sido acusado no passado de "incentivar a violência", nos protestos contra a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, em - 2017. Para evitar a prisão, refugiou-se na embaixada do Chile em Caracas, onde permaneceu por três anos, até ser indultado em 2020.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Um presidente aloprado e sua gangue fora da lei (Artigo)

José Nêumanne

Encurralado por quatro ações no Supremo Tribunal Federal (STF) e uma no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), um recorde histórico, Jair Bolsonaro postou no sábado 14: "Todos sabem das consequências, internas e externas, de uma ruptura institucional, a qual não provocamos ou desejamos."

De há muito, os ministros Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, extrapolam com atos os limites constitucionais".

Mentira! Desde 2018 o presidente denuncia as urnas eletrônicas como fraudadas para evitar, com um autogolpe, a derrota em 2022. Após longa leniência das autoridades guardiãs da Constituição, da paz e da ordem públicas, estas exigiram que ele apresente as provas que diz ter. Mas, à exceção da fraude que pratica, tendo prometido combater a corrupção, "mais Brasil e menos Brasília", e traído tais promessas, nada revelou de relevante.

Ao contrário, seja por tolerância exagerada ou compreensível respeito à vontade popular em decisões eleitorais não alteradas, que venceu seis vezes, o chefe do desgoverno atroz tem sido poupado de merecidas penas. Há dois anos, o ex-juiz da Lava Jato Sergio Moro denunciou suas reiteradas tentativas de interferir politicamente na Polícia Federal (PF). De lá para cá, fez gato e sapato com a instituição, ao nomear fâmulos da família, Anderson Torres e Paulo Maiurino, para o Ministério da Justiça e a direção da polícia judiciária. O delegado Alexandre Saraiva foi afastado do inquérito sobre suspeita de cumplicidade de seu apoiador Ricardo Salles no Ministério do Meio Ambiente, mesmo tendo sido este denunciado em venda ilícita de madeira da Amazônia, flagrada não pela PF, mas no destino, os EUA, o que lhe provocou demissão. O inquérito está parado porque o STF ainda não decidiu se o presidente deporá por escrito ou pessoalmente. Lana caprina, portanto.

Bolsonaro ainda compartilhou, por escrito, no aplicativo WhatsApp, manifesto ostensivamente golpista, assinado por um grupo de Facebook chamado "Ativistas direita volver". O manifesto reza, em vernáculo vulgar: "O Presidente Bolsonaro, no início de agosto, em vídeo gravado, pediu para que o povo brasileiro fosse mais uma vez às ruas, na

Avenida Paulista, no dia sete de setembro, dar o último aviso, mas, desta vez, ele reforçou que o "contingente" deveria ser absurdamente gigante, ou seja, o tamanho desta manifestação deverá ser o maior já visto na história do país, a ponto de comprovar e apoiar, inclusive internacionalmente, para que dê a ele e às FFAA, para que, em caso de um bastante provável e necessário contragolpe que terão que implementar em breve, diante do grave avanço do golpe já em curso há tempos e que agora avança de forma muito mais agressiva, perpetrado pelo Poder Judiciário, esquerda e todo um aparato, inclusive internacional, de interesses escusos". Compartilhar significa participar.

Compartilhou-o simultaneamente à divulgação por seu aliado Roberto Jefferson, dono do Partido Trabalhista Brasileiro - que lhe foi doado por Golbery do Couto e Silva na ditadura -, de um manifesto virulento, ilustrado por uma foto empunhando duas pistolas, ao estilo caubói do Velho Oeste. No mesmo sábado 14 de agosto em que o próprio Bolsonaro anunciou que exigiria as cabeças de Barroso e Moraes ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, que ajudou a eleger, um cantor que migrou da Jovem Guarda para o sertanejo convocou, em reunião com empresários ditos do agronegócio, o "antigolpe" para o feriado da Independência: "Nós vamos parar 72 horas. Se não fizer nada, nas próximas 72 horas, ninguém anda no País, não vai ter nem caminhão para trazer feijão para vocês aqui dentro", disse o artista em reunião em Brasília. Sentado ao lado do presidente da Aprosoja, Antonio Galvan, Sérgio Reis gabou-se ainda de ter sido remunerado e de haver almoçado com Bolsonaro antes das ameaças.

A impudica e imprudente pretensão golpista do capitão terrorista o inclui na condição de "aloprado", definição usada por seu mais provável adversário no segundo turno da eleição presidencial de 2022, Lula, quando insultou correligionários que produziram relatório falso para evitar a vitória do senador José Serra ao governo de São Paulo. A pretensão do cantor esbarra em leis que proíbem o impedimento de abastecimento de alimentos e o congelamento de preços de derivados de petróleo.

Como Jefferson, Reis e Eduardo Araújo encenam um caso de polícia corriqueiro, que nem exigiria a intervenção do STF ou do TSE.

Em entrevista ao Blog do Nêumanne, no portal do Estadão, o economista Paulo de Tarso Venceslau, o primeiro a denunciar corrupção do PT, observou: "Bolsonaro é um zero à esquerda e não depende de Deus para ficar, mas dos milicos". E do povo. Marcelo Ramos, vice-presidente da Câmara dos Deputados, resumiu: "Presidente, chega! Chegou a hora de o senhor falar como vai enfrentar 15 milhões de desempregados, 19 milhões com fome, juros crescentes, **inflação** descontrolada na comida, energia e combustível.

Chega dessa graça de criar problemas artificiais para um país cheio de problemas reais". Basta, xô e tchau!

Bolsonaro ameaça ministros do STF com impeachment e apoiador diz que a cobra vai fumar

JORNALISTA, POETA E ESCRITOR

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Apreensão com IR e crise global derruba a Bolsa

/ LUÍS EDUARDO LEAL, MATEUS FAGUNDES, ANTONIO PEREZ, ILANA CARDIAL E PAULA DIAS

Emendando a segunda queda seguida da semana, a Bolsa brasileira (B3) caiu 1,07% ontem, fechando aos 117.903,81 pontos, no menor nível de encerramento desde 4 de maio. O mercado brasileiro foi afetado pela alta percepção de risco doméstico, com investidores à espera da votação da reforma do Imposto de Renda (IR), e também pela retomada dos temores sobre o efeito da cepa Delta do coronavírus na recuperação da economia global. No câmbio, o dólar caiu 0,20%, a R\$ 5,2701.

Na mínima do dia, o Ibovespa caiu 2,46%, aos 116.247,81 pontos.

O principal índice da B3 rompeu o menor nível desde 9 de abril, quando foi aos 117,3 mil pontos no piso daquela sessão.

Em Nova York, todos os índices fecharam em queda.

O dólar, que bateu em R\$ 5,3036, mudou o sinal logo no final da tarde. O movimento aconteceu após a fala de Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central, reforçando que a autoridade monetária será dura no combate à **inflação**. Ele disse ainda que o BC fará o necessário para perseguir a meta.

No mercado local, pesou no humor dos investidores a pesquisa XP/Ipespe mostrando que a avaliação negativa do governo chegou ao seu maior patamar.

A leitura é de que os números podem levar a posturas ainda mais radicais ou populistas por parte do presidente Jair Bolsonaro, agravando a crise institucional e os riscos fiscais. Segundo levantamento, 54% dos brasileiros avaliam o governo como ruim ou péssimo e 23% como bom ou ótimo, menor índice já registrado.

Os investidores continuam atentos ao grau de estímulos na economia americana, após sinais de enfraquecimento da atividade e da confiança do consumidor, o que reforça a atenção para a ata do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), hoje. Na comparação com o mês anterior, as vendas no varejo dos EUA tiveram em julho queda de 1,1%, ante a estimada pelos analistas em 0,3%.

As principais Bolsas da Europa fecharam sem sinal único ontem.

Os investidores monitoraram dados econômicos e balanços de empresas da região, o avanço da variante Delta e a crise no Afeganistão. O índice paneuropeu Stoxx 600, que reúne 600 empresas listadas em Bolsas de todo o continente, fechou em leve alta de 0,07%, a 473,78 pontos.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Rodízio de ameaças - BERNARDO MELLO FRANCO

BERNARDO MELLO FRANCO

O Palácio do Planalto informa: sai o voto impresso, entra o impeachment de ministros do Supremo. Jair Bolsonaro encontrou um novo mote para seu rodízio de ameaças. O objetivo permanece o mesmo: intimidar as instituições e manter o clima de golpismo no ar.

O presidente começou a semana passada com uma blitzkrieg contra a urna eletrônica. Promoveu um desfile de tanques e pôs a tropa digital no encalço dos deputados. Apesar do bombardeio, a Câmara manteve as regras do jogo. Ele reclamou da derrota, mas não se deu por vencido.

Na manhã de sábado, Bolsonaro lançou outra cruzada. Em quatro tuítes, anunciou que pediria a cassação de Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso. O presidente se limitou a dizer que os ministros "extrapolam". Foi o suficiente para abrir mais uma crise institucional.

O capitão sabe que não haverá impeachment no Supremo. O Senado não quer briga com a Corte, e os juízes não podem ser punidos por atuar com independência. Mesmo assim, a ofensiva cumpriu seu papel. Abasteceu as redes do ódio e manteve o governo em posição de ataque.

Bolsonaro se alimenta do confronto permanente. Precisa fabricar crises para agitar a militância e manter a fantasia de outsider. Apesar da aliança com o Centrão, parte do eleitorado ainda acredita que o presidente luta contra o sistema. Ele depende dessa ilusão para se manter no páreo.

Se as ameaças de golpe cessarem, alguém pode se lembrar da **inflação**, do desemprego e das maracutaias descobertas pela CPI. Melhor desviar dos problemas e insistir no discurso de que o Judiciário e o Legislativo o impedem de governar.

O fato de Bolsonaro apelar a bravatas não autoriza ninguém a subestimá-lo. O capitão nunca escondeu seu sonho autoritário. Se pudesse, já teria fechado o regime e mandado os opositores para a "ponta da praia", como afirmou na campanha de 2018. Com a cumplicidade degenerais que não perdem uma chance de ameaçar a democracia.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Ouvidos moucos ao estrondo da inflação - ZEINA LATIF

ZEINA LATIF

O ministro Paulo Guedes reafirma sua tranquilidade com a condução da política fiscal -inclusive a proposta de parcelamento de precatórios. Para ele, a alta nos juros de mercado decorre de um "barulho" causado por análise equivocada do mercado quanto à reação de Bolsonaro à candidatura de Lula - trocando em miúdos, o medo de populismo. Guedes não reconhece o estrondo da **inflação** produzido pelo aumento cotidiano do risco fiscal.

As expectativas inflacionárias dos analistas de mercado atingiram 7,05% em 2021 e 3,9% em 2022, ante metas de 3,75% e 3,5%, respectivamente. Essas projeções se referem ao cenário básico das instituições e, não necessariamente, embutem elevada convicção ou probabilidade. Há muitas incertezas, que se refletem nas taxas de **inflação** de mercado (taxa implícita nos títulos indexados ao IPCA) acima de 5% para 2021, e em alta. De fato, é difícil acreditar em recuo tão expressivo no ano que vem, diante dos muitos riscos e da natural resistência da **inflação** em um país com economia ainda indexada. Exemplo disso são os reajustes salariais nas negociações coletivas praticamente repondo a elevada **inflação** passada, o que realimenta o processo inflacionário.

O IPCA atingiu 9% na variação anual (7,4% para preços livres, ou seja, excluindo os preços administrados) e está bem disseminada na cesta de consumo. Os números guardam semelhança com os do governo Dilma em 2014, mas com o dobro de taxa de desemprego. O retrato não é bom, e as perspectivas, tampouco. Naquilo que o BC chama de balanço de riscos, ou seja, fatores que podem ajudar ou atrapalhar a convergência da **inflação** às metas, o resultado líquido pende para mais altas nas projeções atuais.

As leituras mensais da **inflação** de serviços voltaram a correr em linha com o padrão dos últimos anos e podem subir mais, pois a demanda de serviços prestados às famílias - em recuperação -está 20% abaixo do pré-pandemia.

Há pressão de custos a ser repassada pelo varejo, já que a **inflação** de bens finais no atacado tem rodado acima de 22% ao ano, enquanto a mesma medida no varejo está em 10% -ambas costumam caminhar

juntas. A **inflação** disseminada reduz o temor do comércio de perder vendas ao reajustar preços, especialmente quando recompõe estoques.

E verdade que a pressão de custos do atacado poderá arrefecer, pois a desaceleração no

comércio mundial contribui para refrear a alta de preços de commodities. Fica a dúvida quanto à cotação do dólar. A alta da Selic ajuda a conter a depreciação cambial, mas não faz milagre diante dos riscos fiscais.

A **inflação** mundial também é fator de risco, especialmente a dos EUA - também sofre com os excessos nos gastos do governo. Há dois canais de contaminação: o próprio impacto indireto na **inflação** doméstica (pelas importações) e a perspectiva de elevação da taxa de juros do Fed e, assim, da cotação do dólar.

Nos EUA, os preços de insumos da indústria acumulam alta expressiva (25% na variação anual), que deverá ser repassada aos bens de consumo no atacado (11%), a julgar pela elevada aderência entre essas variáveis. Depois, do atacado para o varejo.

Além disso, há alguns sinais de aperto no mercado de trabalho, apesar de o desemprego não ter retomado ao pré-crise. De um lado, a abertura de vagas como proporção da população está bem acima da tendência histórica e, de outro, a oferta de trabalho se retraiu. Há relatos de dificuldades de recrutamento pelas empresas - algo citado pelo Fed. Podem decorrer do medo da Covid-19 e da ajuda monetária recebida do governo americano; fatores passageiros, mas que, diante da perda de ritmo da vacinação, podem durar o suficiente para pressionar salários. A remuneração do trabalho (salários e benefícios) no primeiro semestre subiu 4,1% na variação anual ante **inflação** (núcleo) média de 2,6%.

Não faltam motivos para preocupação do BC - o que lhe faltou foi desconfiar das promessas de responsabilidade fiscal.

A alta da Selic não mudará o quadro tão cedo, por conta de seu efeito defasado sobre a **inflação**. Sem contar que parte do trabalho do BC será enxugar gelo, compensando os excessos fiscais. O BC, por ora,

dependerá de sorte para a **inflação** cair, como a seca deixar de pressionar os preços de alimentos e, talvez, as tarifas de energia - o alívio seria mais moderado, segundo a Aneel.

O BC está sozinho e o fardo é grande. Boa sorte, BC!

A alta da Selic não mudará o quadro tão cedo. Parte do trabalho do BC será enxugar gelo, compensando os riscos fiscais

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Sem votos, governo adia reforma do IR

Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Fabio Graner

As negociações conduzidas pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), para aprovar ontem a reforma do imposto de renda falharam e o projeto acabou adiado por 390 votos a 99, após o governo identificar o risco de ser rejeitada a taxa de dividendos em 20% ou o projeto sair tão modificado que teria um altíssimo custo fiscal.

Lira conseguiu o apoio de parte dos prefeitos, representados pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), após prometer elevar o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) na fatia do imposto de renda em 1,37 ponto percentual - um custo anual de cerca de R\$ 5 bilhões -, proibir a criação de despesas para governadores e prefeitos pela União sem indicação de fonte de custeio e mudar o reajuste do piso salarial dos professores.

A alteração no piso dos professores, contudo, foi a primeira derrota de Lira e do governo Bolsonaro na sessão de ontem. A promessa de rejeitar um recurso do PT e com isso dar como aprovado o projeto acabou derrotada por 225 votos a 222 após partidos como DEM e Podemos se manifestarem contra o acordo.

Segundo os prefeitos, a atual sistemática de reajuste do piso nacional do magistério considera os gastos por aluno e causará aumento na ordem de 32% este ano por causa do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o que terá impacto de cerca de R\$ 40 bilhões para Estados e municípios. O projeto muda essa regra de reajuste para que o piso siga o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) nos 12 meses anteriores - ou seja, não haveria aumento real, apenas a recomposição da inflação.

Líder da minoria na Câmara, o deputado Marcelo Freixo (PSB-RJ) disse que isso manteria os salários dos professores eternamente baixos. "Votar esse projeto significa que professor nunca mais tenha aumento real", disse. Parlamentares favoráveis lembraram que o projeto foi enviado pelo governo Lula justamente pela preocupação com o impacto nas contas públicas. Com a aprovação do recurso, o projeto terá que ser votado no plenário da Câmara em ano pré-eleitoral.

Após esse revés, Lira colocou em pauta a reforma do imposto de renda. Diante da resistência dos partidos,

empresários e governadores, ele propôs nos bastidores votar o parecer do deputado Celso Sabino (PSDB-PA), com a maioria dos partidos orientando a favor, mas deixar a discussão das emendas para a semana seguinte, para que o tucano pudesse negociar ponto a ponto.

A principal emenda, encampada por DEM e PSDB, é para reduzir a tributação dos dividendos ou criar pelo menos uma gradação, de 10% ou 15% no primeiro ano (2022) e 15% ou 20% a partir do segundo ano. O líder do DEM, Efraim Filho (PB), disse que ninguém está contra a taxa, mas que é preciso calibrar a alíquota e dar previsibilidade para que o setor produtivo não seja sacrificado. O governo, contudo, está se opondo porque a mudança afetaria a arrecadação e levaria a novas pressões de governadores e prefeitos do outro lado.

A tentativa de votar o texto-base da reforma ontem acabou frustrada diante dessas dificuldades. O governo fez as contas no plenário e avaliou que o placar estava muito incerto. O placar estava contra a aprovação de um requerimento do PT, Psol e Rede para tirar o projeto de pauta, até que o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), pediu que os partidos da base também apoiassem o adiamento.

Segundo Barros, era melhor deixar tudo para a próxima semana com o objetivo de buscar mais convergências e esclarecer melhor as contas "de forma transparente". "Ou a gente atende o dividendo, mas haverá perda para os Estados e municípios, ou, se não atendermos o dividendo, não temos votos", disse.

Até a fala de Barros, os únicos partidos a favor de adiar a votação eram os de oposição, o Novo e o Republicanos - este, governista. Os demais falaram contra a retirada de pauta dizendo que um acordo na semana passada marcou a votação para ontem, mas que, apesar desse apoio, havia divergências sobre o mérito.

MDB e PSD, por exemplo, votariam contra.

Há demanda também, principalmente entre os partidos da oposição, para não aceitar a restrição proposta pelo governo de que declaração simplificada só seja permitida para as pessoas físicas com renda de até R\$ 40 mil por ano - hoje qualquer um pode fazer a declaração nesse modelo, com abatimento de até 20%

do valor a ser pago, até um teto de R\$ 16 mil. O relator afirmou ao Valor que estuda emenda da bancada ruralista sobre o assunto, mas que ainda não decidiu.

Após a fala de Barros, parte das legendas da base do governo decidiu mudar de posição e apoiar a retirada de pauta, como PSC, Pros, PSL e PTB. "Mas já deixando antecipado que somos a favor do mérito do projeto", disse o líder do PP, deputado Cacá Leão (BA).

Outra fonte de pressão continuam sendo os governadores e prefeitos das grandes cidades, que acusam perdas de arrecadação e não participaram do acordo fechado pela CNM. Essa reação levou o MDB a decidir votar contra o parecer, por exemplo.

Segundo estimativa da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais (Febrafite), Bahia, Maranhão, Pernambuco, Pará e Ceará são os que mais perdem em repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE) com a reforma proposta. Todos eles perdem mais de R\$ 500

milhões, sendo que o prejuízo na Bahia seria R\$ 713 milhões por ano. Entre os Estados que menos perdem estão São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e o Distrito Federal. Já nos municípios, a perda do Fundo de Participação (FPM) em termos agregados é maior nos que estão em São Paulo, Minas e Bahia, enquanto as menores perdas estão em Roraima, Amapá e Acre. O FPM, contudo, deve ser compensado pelo aumento do percentual do IR.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186982?page=1§ion=1

Tesouro amplia oferta de LFTs com Selic em trajetória de alta



Goldenstein, da Renascença: Espaço para emissão de prefixados diminuiu

Victor Rezende De São Paulo

Num momento em que os juros futuros não param de subir, o Tesouro Nacional vem alterando o mix da oferta de títulos públicos. Tem deixado de lado papéis prefixados para focar, especialmente, na emissão de títulos indexados à Selic (LFTs), cuja atratividade aumenta com a elevação da taxa básica. Considerando os leilões realizados em agosto até o fim da semana passada, as LFTs representam quase metade das emissões, numa estratégia que tenta dar algum alívio à curva de juros e que se vale de um colchão de liquidez robusto.

O estrategista-chefe da Renascença, Sérgio Goldenstein, observa que o espaço para a emissão maior de prefixados diminuiu diante das condições de mercado, já que, nas últimas quatro semanas, houve um movimento relevante de deslocamento para cima da curva de juros. "Os FRAs [produtos estruturados] de longo prazo já estão em 11% e não é somente a parte longa que está pressionada, já que, quando vemos o nível de Selic que o mercado embute para o fim de 2022, está em 9,75%. A curva está pressionada." Nos leilões do Tesouro realizados em agosto até o fim da semana passada, a participação relativa das LFTs estava em 49% ante 33% da fatia das NTN-Bs, papéis atrelados ao IPCA, e 18% dos prefixados (LTNs e NTN-Fs).

Além das questões relativas à política monetária, Goldenstein observa que as incertezas fiscais têm afetado a curva de juros e, conseqüentemente, a demanda pelos prefixados. "Há uma dinâmica negativa na curva no último mês quando notamos as discussões sobre o aumento do Bolsa Família, a PEC dos Precatórios e a possibilidade de flexibilização da regra de ouro", afirma. Para ele, parte relevante do que está na curva de juros está ligada ao aumento do prêmio de risco, que decorre da deterioração político-institucional.

Dado esse contexto, o profissional diz ser natural a redução na oferta de prefixados - um movimento que ficou mais evidente em agosto, ao mesmo tempo em que as LFTs começam a ser mais demandadas, diante do processo de aumento da Selic. Goldenstein nota que, com os níveis baixos de juros praticados em 2020, a participação relativa das LFTs nas emissões no ano passado foi de somente 18%. "A partir do momento em que se começa a normalizar a Selic, a demanda volta a aumentar. O que estamos observando desde junho é um aumento da participação efetiva das LFTs nas emissões totais", diz o estrategista.

Em junho, as LFTs representavam cerca de 25% do total de emissões e, em julho, 37%. Já em agosto, considerando os leilões realizados até semana passada, 49% das emissões são de papéis atrelados à Selic. "É uma estratégia adequada para o Tesouro, já que, ao emitir mais LFTs e reduzir a emissão de prefixados, o Tesouro reduz a pressão sobre a curva de juros", afirma.

Goldenstein lembra, adicionalmente, que, no fim de junho, o Tesouro já havia acumulado um colchão de liquidez "substancial" de R\$ 1,167 trilhão. "Isso abre espaço para o Tesouro ser mais cauteloso nas suas ofertas em um momento de maior estresse do mercado. Seria saudável chegar ao fim do ano com um colchão alto porque 2022 vai ser ano eleitoral e promete volatilidade, mas chegar com R\$ 1 trilhão em caixa já é bem elevado. Existe, assim, espaço para reduzir o volume de emissões", defende.

O gestor de renda fixa da Gauss Capital, Carlos Menezes, lembra que o Tesouro foi "bastante claro" em sua tentativa de emitir mais NTN-Bs e LFTs neste ano e, conseqüentemente, retirar um pouco da

concentração da oferta de prefixados. "O Tesouro tem feito emissões bem relevantes especialmente de NTN-Bs de longo prazo, muito provavelmente demandadas por fundações e alguns fundos", afirma. O gestor, porém, destaca que o mercado não tem conseguido absorver de forma saudável as ofertas maiores de NTN-Bs longas.

Na semana passada, o Tesouro vendeu o lote integral de 1 milhão de NTN-Bs com vencimento em maio de 2055. No entanto, as taxas desses papéis têm subido no mercado secundário nos últimos dias. Ontem, o Tesouro pisou no freio e diminuiu de forma expressiva a quantidade de papéis atrelados à **inflação** ofertados. "O que conseguimos perceber é que a estratégia é boa, mas, pontualmente, o mercado não consegue absorver toda essa oferta diante dos riscos." Menezes diz que o Tesouro conseguiu fazer um bom trabalho na recomposição do colchão de liquidez no último ano e que, assim, pode se voltar à estratégia de emitir mais LFTs e NTN-Bs e alongar o perfil da dívida pública com as emissões mais de papéis mais longos.

Além disso, o profissional destaca que a demanda por LFTs vem em um momento desafiador para outros títulos públicos. O gestor da Gauss afirma que a grande maioria das emissões de prefixados e de NTN-Bs neste ano trouxe perdas aos investidores. "O prêmio que o investidor cobrou em todas as emissões foi muito baixo e o mercado segue aumentando esse prêmio. Claro que existem diversas causas, como a postura do BC, a discussão fiscal e os ruídos políticos, mas é interessante notar que o mercado tem perdido muito valor", afirma Menezes.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186982

Coligação passa na Câmara, mas terá resistência no Senado

Aprovada em segundo turno na Câmara, por 347 votos a 135, a PEC da **reforma política** vai agora ao Senado, onde uma das principais alterações - o retorno das coligações proporcionais a partir de 2022 - enfrenta resistências. Regra, abolida em 2017, permite melhor desempenho a partidos pequenos nas eleições, o que facilita vencer a cláusula de barreira. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), já declarou que considera a volta das coligações "um retrocesso", página 10

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Incentivo a candidaturas de mulheres e negros é recebido com cautela

Cristiane Agostine

A proposta debatida pela Câmara na reforma eleitoral para incentivar candidaturas de mulheres e de pessoas negras foi comemorada por parlamentares e ativistas, mas é vista com cautela por especialistas em legislação eleitoral, que levantam dúvidas sobre como a medida será viabilizada.

Com a nova regra, os votos recebidos por mulheres e pessoas negras serão contados em dobro para fins de distribuição da verba do fundo partidário e do fundo eleitoral (como é conhecido o fundo especial de financiamento de campanha), entre as eleições de 2022 e 2030. No caso dos votos em mulheres negras, a contagem em dobro será feita apenas uma vez. Como os recursos destinados aos partidos dependerão dos votos, a medida não deve beneficiar que vai disputar em 2022, mas sim nas eleições posteriores.

Mulher e negra, a líder do Psol na Câmara, Talíria Petrone (RJ), elogiou a medida e diz que os partidos serão incentivados a apoiarem essas candidaturas. "A participação na política de mulheres e negros é ínfima no Brasil", diz. "Essa sub-representação precisa ser enfrentada", afirma. "É uma política afirmativa positiva e deve ter sua aplicação fiscalizada".

Especialistas e parlamentares avaliam que o incentivo financeiro a essas candidaturas, com mais recursos, poderá ajudá-las a se tornarem mais competitivas. No entanto, reclamam que a reforma eleitoral tramitou de forma açodada na Câmara, com pouco debate, e que é preciso ter definições claras sobre a distribuição dos recursos.

A presidente da Comissão Especial de Estudo da **Reforma Política** da OAB, Luciana Nepomuceno, diz que há dúvidas sobre como a Justiça Eleitoral e os partidos vão operacionalizar a repartição de recursos, sobretudo do fundo eleitoral. "O fundo eleitoral é usado para financiar as candidaturas, independentemente se vão ser eleitas ou não. Se essa regra vai levar em conta os votos recebidos, como vai fazer a base de cálculo para uma candidatura futura? Como vai operacionalizar isso?", diz.

"Há uma boa intenção na proposta, mas é preciso analisar se vai atingir o objetivo esperado. Merece

mais debate", afirma Luciana, ao falar sobre a distribuição do fundo eleitoral. No caso do fundo partidário, que leva em conta os deputados eleitos, a distribuição é mais clara: quanto mais mulheres e pessoas negras eleitas, mais recursos para a sigla.

Especialista em direito eleitoral e professora da PUC, Luciana diz que os partidos devem ganhar mais recursos com candidaturas competitivas de mulheres e de pessoas negras, mas afirma que é preciso garantir que esse benefício seja revertido para esses candidatos. "Não podemos esquecer que, majoritariamente, quem controla os partidos e a distribuição dos recursos são homens", diz. Para a advogada, a reserva de cadeiras para mulheres no Legislativo seria uma medida mais positiva.

O advogado eleitoral Alberto Rollo elogia a proposta, mas reforça o alerta de que é preciso ter um controle financeiro rígido, para garantir que os partidos destinem mais recursos a esses candidatos. "Quem vai receber os recursos são os partidos e não sei se é a melhor forma para incentivar as candidaturas. Isso foi pouco discutido."

O advogado Luiz Fernando Casa-grande Pereira também avalia a iniciativa como positiva e lembra que a medida só deve ajudar essas candidaturas depois de 2022. Integrante do grupo de trabalho formado para discutir a reforma eleitoral na Câmara, Pereira diz que a contagem em dobro dos votos não estava entre as propostas debatidas e reclamou da forma como foram conduzidas a discussão do texto e a votação. Para Pereira, o Congresso deveria aprovar uma cota de gênero, para ampliar a participação feminina.

O texto da reforma eleitoral ainda será discutido e votado no Senado.

A reserva de cadeiras no Legislativo não foi aprovada na reforma eleitoral na Câmara, mas as deputadas tentam passar a medida. Ontem, integrantes da bancada feminina da Câmara pediram ao presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), que o projeto de lei 1951/21, aprovado pelo Senado, seja colocado em votação. O texto determina uma cota de gênero para Câmara, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, de forma escalonada, até chegar a 30% em 2038. Para valer em 2022, é preciso aprová-lo até outubro.

Para a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS), seria uma forma de incentivar que as candidaturas de mulheres "sejam para valer". "A cota de cadeiras garantiria também que todos os Estados e o Distrito Federal elegeassem mulheres", diz. "O Brasil tem uma grande desigualdade na representação de gênero e étnica no Legislativo", afirma a deputada.

Talíria defende a manutenção da cota para candidaturas de mulheres, de pelo menos 30%. "Não podemos ter retrocessos das conquistas já obtidas", diz.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186982?page=1§ion=1